



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

A relação entre solvabilidade e o crédito bancário: o caso do Crédito Agrícola

Tatiana Filipa Ribeiro da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Economia Monetária e Financeira

Orientador:

Prof. Doutor Sérgio Miguel Chilra Lagoa, Prof. Auxiliar, ISCTE-IUL, Departamento de
Economia Política

Outubro de 2012



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

A relação entre solvabilidade e o crédito bancário: o caso do Crédito Agrícola

Tatiana Filipa Ribeiro da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Economia Monetária e Financeira

Orientador:

Prof. Doutor Sérgio Miguel Chilra Lagoa, Prof. Auxiliar, ISCTE-IUL, Departamento de
Economia Política

Outubro de 2012

Agradecimentos

Deixo um agradecimento especial ao meu orientador, professor doutor Sérgio Miguel Chilra Lagoa, por toda a ajuda, incentivo, disponibilidade e interesse neste projecto. Quero ainda deixar um agradecimento especial ao Eng. Licínio Pina por toda a sua colaboração, prontidão, disponibilidade e simpatia na construção desta dissertação.

Expresso um profundo agradecimento à minha mãe e irmã pela compreensão, apoio, carinho e incentivo ao longo destes anos, para a concretização deste objectivo. Acredito que o meu pai, apesar de não estar entre nós, estará orgulhoso da sua filha. Deixo um agradecimento especial ao meu noivo, André Gomes, pelo apoio, amor e compreensão nos momentos em que estive mais ausente. Um obrigado ainda a toda a minha família e à família do André pelo apoio que me deram e por acreditarem que seria capaz.

A todos os meus amigos agradeço a amizade demonstrada ao longo destes anos, nos incentivos que me deram quando as coisas corriam menos bem e quando ficavam felizes com as minhas vitórias. Agradeço ainda ao Eduardo Pedroso, Hugo Araújo, Hugo Barbacena, Rui Carvalho, Ana Sofia Guimarães e Ana Rita Bento, que tive o prazer de conhecer ao longo destes cinco anos e que contribuíram com o seu apoio, amizade, conhecimentos, ajuda e simpatia na concretização deste percurso.

Um muito obrigado!

Resumo

Os bancos cooperativos têm apresentado indicadores financeiros e económicos positivos ao longo dos últimos anos, provando estar bem preparados para combater as consequências da crise económica e financeira que teve início em 2007. É de salientar os robustos rácios de solvabilidade que estes bancos apresentam face aos bancos comerciais, não tendo que recorrer ao Governo e a injeções rápidas de capital.

Através do Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com a “Troika” em 2011, Portugal iniciou um processo de significativas mudanças a todos os níveis, nomeadamente no sistema financeiro. Uma regulação adequada de capital e um processo de desalavancagem do sistema bancário, são as principais medidas exigidas pelo Banco de Portugal.

Um dos maiores grupos bancários portugueses, o SICAM, apresenta ao longo dos últimos cinco anos, um rácio de solvabilidade acima do mínimo exigido e um rácio de transformação abaixo do máximo exigido pelo Banco de Portugal. Na presente dissertação procura-se compreender a relação existente entre solvabilidade e o crédito bancário no caso do Crédito Agrícola, bem como as características dos bancos cooperativos que os tornam diferentes dos bancos comerciais. Desta forma, foi utilizado um modelo econométrico com o estimador 3SLS (*Three Stage Least Square*) com os dados das 84 caixas agrícolas pertencentes ao SICAM, e foram testadas quatro hipóteses empíricas. Conclui-se que a teoria do capital buffer tem pouca aderência no Crédito Agrícola, o que pode ser explicado possivelmente pelo perfil conservador das caixas.

Palavras-chave: bancos cooperativos, solvabilidade, capital, risco

JEL Classification System: C1, G2

Abstract

Cooperative banks have shown positive economic and financial indicators over the last few years, proving to be well prepared to combat the consequences of the economic and financial crisis that began in 2007. It should be noted the robust solvency levels show that these banks face commercial banks, not having to appeal to government and fast capital injections.

Through the Economic and Financial Assistance Programme agreed with the "troika" in 2011, Portugal began a process of significant changes at all levels, particularly in the financial system. A adequate regulation of capital and a process of deleveraging of the banking system, are the main measures required by the Bank of Portugal.

One of the biggest Portuguese banking groups, SICAM, has over the past five years, a solvency ratio above the minimum requirement and a credit to deposits ratio below the maximum required by the Bank of Portugal. In this dissertation we seek to understand the relationship between solvency and bank credit in the case of Crédito Agrícola, as well as the characteristics of the cooperative banks that make them different from commercial banks. Thus, we used an econometric model with 3SLS estimator (Three Stage Least Square) with data from 84 "Caixas" belonging to SICAM, and were tested four empirical hypotheses. We conclude that the theory of capital buffer has little grip on Crédito Agrícola, which can possibly be explained by the conservative profile of "Caixas".

Key-words: cooperative banks, solvency, capital, risk

JEL Classification System: C1, G2

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract.....	iii
Índice de Quadros	vi
Índice de Figuras	vii
Glossário de siglas	viii
1 - Introdução.....	1
2 - Enquadramento teórico e revisão da literatura	3
2.1 - Capital e risco na banca em geral e na banca cooperativa em particular	3
2.2 - A banca cooperativa	6
3 - Bancos cooperativos na Europa e em Portugal	7
3.1 - Bancos cooperativos na Europa	7
3.1.1 - Origem e missão.....	8
3.1.2 - Características dos bancos cooperativos	9
3.1.3. - A crise financeira: como os bancos cooperativos foram afectados.....	11
3.2 - Banco cooperativo português: o Crédito Agrícola.....	12
3.2.1. - Origem, missão e valores	13
3.2.2. - Evolução dos principais indicadores	15
4 - Metodologia e análise empírica.....	25
4.1 - Hipóteses empíricas.....	25
4.2 - Formulação do modelo.....	26
4.2.1 - Questões econométricas	31
4.3 - Principais resultados.....	33
5 - Resumo da entrevista	37
6 - Conclusão	40
7 - Referências bibliográficas	44

8 - Anexos.....	46
Anexo A - Características do novo sistema financeiro.....	46
Anexo B - Valores do Crédito Agrícola	47
Anexo C - Correlações entre as variáveis.....	48
Anexo D - Estatísticas descritivas	49
Anexo E - Cenários com o estimador OLS e 3SLS.....	50
Anexo F - Entrevista ao Sr. Eng. Licínio Pina (Membro do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central.....	51

Índice de Quadros

Quadro 3.1 - Evolução dos rácios de solvabilidade do SICAM

Quadro 3.2 - Evolução do valor médio das cinco CCAM com rácios de solvabilidade mais elevados e mais reduzidos

Quadro 3.3 - Evolução do rácio de solvabilidade global dos sete maiores grupos bancários portugueses

Quadro 3.4 - Evolução do rácio de transformação dos sete maiores grupos bancários portugueses

Quadro 3.5 - Evolução do ROA dos oito maiores grupos bancários portugueses

Quadro 3.6 - Evolução do valor médio das cinco CCAM com rácio de rendibilidade líquida dos activos mais elevados e mais reduzidos

Quadro 3.7 - Evolução do ROE dos oito maiores grupos bancários portugueses

Quadro 3.8 - Evolução do valor médio das cinco CCAM com rácio de rendibilidade dos capitais próprios mais elevados e mais reduzidos

Índice de Figuras

Figura 3.1 - Evolução do rácio de transformação no SICAM

Figura 3.2 - Evolução do valor médio das cinco CCAM com rácios de transformação mais elevados e mais reduzidos

Glossário de siglas

3SLS - Three Stage Least Square

BANIF - Banco Internacional do Funchal

BCE - Banco Central Europeu

BCP - Banco Comercial Português

BdP - Banco de Portugal

BPI - Banco Português de Investimento

BST - Banco Santander Totta

CA - Crédito Agrícola

CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo

CEMG - Caixa Económica Montepio Geral

CGD - Caixa Geral de Depósitos

EACB - European Association of Cooperative Banks

ESGF - Espírito Santo Financial Group

FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo

FMI - Fundo Monetário Internacional

MRLM - Modelo de regressão linear múltiplo

MRLS - Modelo de regressão linear simples

PME - Pequenas e Médias Empresas

ROA - Return On Assets

ROE - Return On Equity

SICAM - Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo

1 - Introdução

O sistema financeiro em todo o mundo foi fortemente afectado com a crise do *subprime*, arrastando a maioria dos bancos para resultados negativos ao longo destes anos. No entanto, foi igualmente uma oportunidade para serem implementadas novas regras e princípios neste sistema, que proporcionem aos bancos criar condições de solidez e uma atitude mais adequada face ao risco.

A banca cooperativa não foi tão fortemente afectada como a banca comercial, dadas as suas características e modelo de governação, demonstrando que estavam bem preparados para a crise. Uma atitude não tão propensa ao risco e uma elevada performance em termos de solvabilidade foram fundamentais para amortecer as consequências da crise. Contudo, também sofreram algumas perdas, nomeadamente por os seus clientes terem sido afectados nos seus rendimentos e pelo agravamento de alguns indicadores económicos como o aumento do desemprego, aumento de impostos, etc.

Esta dissertação tem por base o estudo do único banco cooperativo português, o Crédito Agrícola, que tal como a restante banca cooperativa europeia demonstrou estar bem prevenido para a crise e conseguir resultados positivos ao longo dos últimos anos. O Crédito Agrícola é um banco pouco conhecido nos meios urbanos, sendo que esta dissertação contribuirá para um tema que ainda não foi estudado. O objectivo primordial será tentar perceber se existe uma relação entre a solvabilidade e o crédito bancário neste banco, já que o CA é um banco cooperativo com uma atitude conservadora em relação ao risco e capital.

Para este estudo são utilizados os dados das 84 caixas agrícolas pertencentes ao SICAM, tendo como referência a data de 31 de Dezembro de 2007 a 2011. Com estes dados, foi elaborado um modelo econométrico com o estimador 3SLS (*Three Stage Least Square*) com o intuito de perceber de que forma as CCAM ajustam o seu capital e risco tendo em consideração as almofadas de capital que possuem.

Segundo a literatura estudada, é fundamental que os bancos criem almofadas de capital para se encontrarem bem capitalizados e gerirem melhor os riscos. De acordo com a teoria do *capital buffer*, os bancos que possuem almofadas de capital mais baixas, ou

seja, os seus níveis de capital estão próximos do mínimo exigido regularmente, ajustam de forma mais rápida o seu capital do que os bancos que têm almofadas de capital mais elevadas. Isto implica que os bancos quando se encontram perto do mínimo, tentam reconstruir os níveis de capital até estarem adequadamente capitalizados. Constantando-se, no entanto, que esta teoria não tem muita aplicabilidade no Crédito Agrícola.

No capítulo 2 foi efectuada uma revisão da literatura analisada e está dividido em dois subcapítulos. O primeiro subcapítulo faz referência a estudos realizados sobre os bancos de uma forma geral em termos de ajustamentos do capital e risco. No segundo subcapítulo é feita uma análise da literatura mais direccionada para a banca cooperativa. Os estudos realizados pela Associação Europeia de Bancos Cooperativos, bem como os estudos realizados por um dos melhores bancos cooperativos europeus, o *Rabobank Group*, foram fundamentais para perceber de que forma este tipo de bancos se comporta e que características os distinguem da restante banca. Para além da revisão, foi realizado também um enquadramento teórico para o estudo e formulação de um modelo econométrico adaptado ao Crédito Agrícola.

O capítulo 3 proporciona uma visão geral dos bancos cooperativos, conjugando a sua origem, missão, valores e principais características. É ainda abordado o tema de que forma estes foram afectados pela crise financeira e económica e atitude demonstrada. No ponto 3.2 é realizada uma apresentação do Crédito Agrícola e uma análise à evolução dos principais indicadores do SICAM. Esta evolução dos principais indicadores também é realizada para as cinco CCAM que apresentam um valor médio do indicador mais elevado e mais reduzido em cada ano de análise, assim como para os sete maiores grupos bancários portugueses.

O capítulo 4 é dedicado à metodologia utilizada para a formulação do modelo econométrico. Este modelo econométrico foi adaptado de um *paper* de Heid et al realizado em 2003 para o estudo dos bancos de poupança alemães tendo por base as hipóteses da “*buffer theory*”. São ainda analisados os principais resultados obtidos com cada uma das interacções efectuadas, e feita uma pequena comparação com os resultados obtidos por Heid e tal.

Para uma melhor compreensão dos resultados obtidos em cada uma das hipóteses testadas, assim como conhecer a perspectiva de um dos membros do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central, foi realizada uma entrevista ao Sr. Eng.

Licínio Manuel Prata Pina, a qual está resumida no capítulo 5, e encontra-se na íntegra no Anexo F.

2 - Enquadramento teórico e revisão da literatura

Os bancos possuírem níveis adequados de capital é um requisito fundamental para diminuir a exposição ao risco e desta forma estarem melhor preparados para as consequências de crises financeiras. Os acordos que têm vindo a ser realizados no âmbito de Basileia, sendo o mais recente o acordo Basileia III, têm provocado alterações nos requisitos de capital das instituições de crédito de forma a estarem mais bem capitalizados e com uma atitude mais prudente face aos riscos.

Para o enquadramento destes temas de capital e risco foram analisados alguns artigos sobre o capital e o risco de alguns bancos alemães e norte-americanos. O artigo desenvolvido por Heid et al (2003) servirá de base para o estudo do modelo econométrico a adaptar ao Crédito Agrícola.

Por fim, foram estudados vários artigos da Associação Europeia de Bancos Cooperativos, os relatórios de contas do Crédito Agrícola e um artigo do Fundo Monetário Internacional.

2.1 - Capital e risco na banca em geral e na banca cooperativa em particular

Teoricamente, os bancos determinam o capital e risco simultaneamente, e sofrem choques exógenos em cada uma destas variáveis. Para o modelo desenvolvido foram tidas em consideração as seguintes variáveis como afectando os níveis óptimos de capital e risco: dimensão do banco, lucros actuais, provisões e pressão regulatória (tendo por base os 8% como o mínimo exigido).

O estudo do modelo assenta nas hipóteses da “*buffer theory*”, sendo estas:

- Os bancos que têm um baixo nível de *capital buffer* ajustam de uma forma mais rápida o capital/risco do que os bancos que têm elevadas *capital buffer*;
- Os bancos ajustam o capital e o risco de forma a estarem em concordância com a regulação do capital.

Em suma, “*the buffer theory*” pressupõe que os bancos com baixas e elevadas almofadas de capital agem de forma diferente no ajuste do capital e risco. O objectivo dos bancos com baixas *capital buffer* é conseguirem ter uma almofada adequada, sendo que para tal têm que, por um lado aumentar o capital, e por outro diminuir o risco. Por sua vez, os bancos com elevados níveis de *capital buffer* agem de forma totalmente contrária. Desta forma, as evidências constatadas ao longo do estudo desenvolvido por Heid et al, que analisamos de seguida, vão de encontro às hipóteses assumidas pela “*buffer theory*”.

Heid et al (2003) analisaram o comportamento dos bancos de poupança alemães, em termos do ajustamento do capital e do risco, tendo em consideração a regulação do capital.

Foi estimado um modelo desenvolvido por Shrieves e Dahl em 1992, mas com algumas alterações. O impacto da regulação do capital e os ajustamentos do risco são algumas das restrições impostas pelos autores do estudo. A análise é realizada tendo em consideração apenas os bancos de poupança alemães, que representam uma significativa fatia do sistema bancário alemão.

O estudo foi realizado para uma amostra de 550 bancos de poupança alemães, no período compreendido entre 1994 e 2002. São apresentados três cenários específicos que demonstram como as decisões dos bancos em termos de capital e risco são afectadas pela variável pressão regulatória. Em suma, concluiu-se que os bancos com baixos níveis de *capital buffer* tentam reconstruir os seus níveis de *capital buffer* através do aumento do capital e simultaneamente diminuindo o risco. No que diz respeito aos bancos com elevadas almofadas de capital, estes tentam manter estes níveis aumentando o risco, como consequência de um aumento do capital.

Segundo Jokippi e Milne (2009), existem várias teorias que tentam relacionar o capital e o risco, nomeadamente “*theory of moral hazard*”, “*the charter value theory*” e “*the capital buffer theory*”. Na teoria do risco moral é demonstrado por vários autores que a regulação dos requisitos de capital pode reduzir o volume total de activos que têm risco. No entanto, este estudo “*has also shown that with the further assumption of a risk averse bank utility function, bank portfolio composition may be distorted in the direction of more risky assets*” (Jokippi e Milne, 2009: 2). Isto implica que haja um aumento médio do risco, sendo a relação entre capital e risco um pouco ambígua.

Outra teoria referida é a “*the charter value theory*” em que os bancos têm um nível de capital que desejam. Isto acarreta alguns riscos nomeadamente se o nível de capital exigido regularmente for superior ao nível de capital que o banco possui/deseja. Contudo, os bancos terão que proceder a um aumento do nível de capitalização, o que permitirá reduzir de certa forma o risco (Jokippi e Milne, 2009: 2).

Com base nesta teoria do “*charter value*”, foi desenvolvida a “*capital buffer theory*” que assume que os bancos irão manter uma almofada de capital, tendo para isso, níveis de capital acima do mínimo exigido. Esta teoria introduz ainda a relação existente entre o capital e o risco assumido, tendo em consideração o curto e longo prazo, assim como o impacto que a regulação do capital tem nos níveis de capital observados nos bancos.

Em termos do longo prazo, constatou-se que a relação entre o *capital buffer* e o risco pode ser positiva ou negativa, isto é, quando a almofada de capital aumenta pode provocar um aumento/diminuição do risco. No curto prazo, a relação entre as duas variáveis dependerá do nível de capitalização que o banco possui, isto é, espera-se que os bancos que estejam bem capitalizados aumentem o seu risco, e que os bancos com baixas almofadas de capital diminuam o risco.

Jokippi e Milne (2009) estudaram a relação existente entre o capital de curto prazo e os ajustamentos no risco para bancos americanos. De acordo com os resultados obtidos, concluíram que os ajustamentos do capital e risco realizados no curto prazo são influenciados pelo tamanho da almofada de capital. Se os bancos têm uma almofada de capital muito próxima do mínimo exigido, então existirá uma relação negativa entre o ajustamento do capital e do risco. Por outro lado, os bancos que tenham elevadas almofadas de capital têm uma relação positiva nas duas variáveis, indiciando que aumentarão o risco quando aumentam o seu capital, e vice-versa.

Em termos da velocidade de ajustamento, os bancos com baixas almofadas de capital ajustam de uma forma mais rápida os seus níveis de capital do que os bancos com elevadas almofadas. No entanto, no que concerne ao risco os autores não conseguiram encontrar uma relação significativa para a velocidade de ajustamento do risco.

Os resultados obtidos por Jokippi e Milne (2009) vão de encontro à maioria das constatações obtidas pelo estudo de Heid et al (2003), ambas tendo por base “*the capital buffer theory*”.

2.2 - A banca cooperativa

Com o intuito de compreender melhor as características, princípios/valores, forma de governação e o comportamento dos bancos cooperativos no decorrer da crise, foram analisados vários relatórios da Associação Europeia dos Bancos Cooperativos (EACB), assim como um relatório do Fundo Monetário Internacional. No que diz respeito ao banco em estudo, foram analisados os relatórios de contas do Crédito Agrícola entre 2007 e 2011. Para o enquadramento de alguns indicadores estudados, foram ainda consultados relatórios, avisos e instruções do Banco de Portugal.

Wim Fonteyne (2007) explica o sucesso que os bancos cooperativos europeus têm tido ao longo dos anos, através das vantagens que possuem face aos bancos comerciais. Quando os bancos cooperativos foram criados, o objectivo principal era o de ajudar aqueles que pediam dinheiro emprestado, denominados “*borrowers*”, devido aos problemas de informação assimétrica que os afectavam. Como vantagem comparativa, os bancos cooperativos ganharam a confiança dos seus consumidores. Esta vantagem comparativa é actualmente um factor bastante importante principalmente nos meios rurais.

Foi concebida a ideia de que as cooperativas deveriam acumular capital constantemente. Desta forma, o valor económico das cooperativas tornava-se um activo intergeracional que continuaria a crescer ao longo de várias gerações. Uma inadequada utilização deste activo poderá trazer alguns riscos para os bancos cooperativos, nomeadamente a utilização deste para interesse próprio dos gestores ou ainda a apropriação de parte do mesmo.

As instituições cooperativas começaram a criar uma pressão competitiva sobre os outros bancos, já que actualmente têm a possibilidade de utilizar o seu capital de baixo custo e não possuem restrições de maximização do seu lucro. Para além desta pressão, o sector cooperativo apresenta-se muito diversificado visto que as decisões de negócios são diferentes de região para região.

No entanto, são sugeridas ainda melhorias e desafios neste *paper* para o sector cooperativo se tornar mais competitivo face aos bancos comerciais. É importante realçar que um dos desafios propostos é adequar o seu modelo de governação aos centros mais urbanos, visto estes bancos estarem mais presentes nos meios rurais.

3 - Bancos cooperativos na Europa e em Portugal

Existe cada vez mais a consciência de que os bancos cooperativos na Europa Ocidental contribuem para a estabilidade do sistema financeiro bancário. Hesse e Cihák (2007), partilham esta ideia já que constataram que dado o seu forte nível de capitalização e rendimento estável permite aos bancos cooperativos compensar os baixos lucros. Um ponto a favor ainda muito importante para estes bancos são os elevados níveis de *rating* atribuídos pelas agências de *rating*.

Ao contrário de muitos bancos comerciais, os bancos cooperativos mostraram-se preparados para combater a crise continuando a conceder crédito quer às empresas, quer aos particulares. Uma das grandes apostas destes bancos foi o apoio às pequenas e médias empresas (PME), para que estas pudessem continuar a crescer e contribuir para uma melhoria da economia nacional.

3.1 - Bancos cooperativos na Europa

No sistema económico e financeiro europeu, os bancos cooperativos assumem um papel importante já que têm mais de 180 milhões de clientes, uma boa quota de mercado e empregam mais de 750 mil pessoas em toda a Europa.

Segundo a *International Co-operative Banking Association* (ICBA), um banco cooperativo é uma “*financial entity which belongs to its members, who are at the same time the owners and the customers of their bank*”. A grande aposta destes bancos foi basearem-se num negócio de proximidade com os seus clientes e associados, fornecendo produtos e serviços à população com mais carências económicas e às pequenas e médias empresas que tinham dificuldade em aceder ao crédito.

Os bancos cooperativos assentam em valores muito específicos, tais como: solidariedade, auto-ajuda, resiliência, proximidade, confiança, o seu tipo de governança, luta contra a exclusão e preocupações sociais e ambientais (EACB).

Estes bancos têm vindo a dar um importante contributo para o desenvolvimento e competitividade da Europa, devido ao seu nível de capitalização, à criação de muitos postos de emprego, à sua forma de gerir bem os riscos e à sua performance ao longo destes anos.

3.1.1 - Origem e missão

O início dos bancos cooperativos remonta ao século XIX, mais precisamente quando decorria a Revolução Industrial. Nesta altura, o sector financeiro estava mais focado nas zonas urbanas, onde se concentravam as grandes empresas e a população mais rica, apoiados pelos bancos comerciais. Entre 1808 e 1888, Schulze e Raiffeisen iniciaram a ideia de apoiar os pequenos comerciantes e a população mais desfavorecida, através das cooperativas de crédito, visto que por serem pobres sentiam uma grande dificuldade em obter crédito junto dos bancos.

A existência de falhas de mercado, nomeadamente a informação assimétrica a favor dos *borrowers*, e a dificuldade em aceder ao crédito por parte da população mais pobre, proporcionou que *“these problems gave rise to the emergence of two types of institutions: savings banks were established from 1810-1825 onwards, to overcome problems of opportunistic behavior by banks (in particular, excessive risk-taking), while cooperative banks were established from the mid-19th century onwards, to overcome problems of opportunistic behavior by borrowers”* (Hansmann, 1996, referido por Fonteyne, 2007: 9)

Começam a ser criados os primeiros bancos cooperativos na Alemanha, tendo como missão inicial promover os interesses económicos dos seus associados, que eram ao mesmo tempo também seus proprietários e clientes.

Ao longo dos anos, foram-se desenvolvendo na Europa diversos modelos de governação nos bancos cooperativos, consoante a história e cultura de cada país. No seu início, muitos destes bancos foram apoiados por associações agrícolas e pelos governos.

Em 1970, foi criada a *European Association of Cooperative Banks*, doravante designada por EACB, com o intuito de haver uma organização que representasse e defendesse os interesses dos bancos cooperativos europeus. De acordo com a EACB, existem actualmente 4.000 bancos cooperativos na Europa, com 50 milhões de associados e mais de 180 milhões de clientes, representando uma quota de mercado média de cerca de 20%.

3.1.2 - Características dos bancos cooperativos

A EACB e alguns bancos cooperativos europeus, como por exemplo o *Rabobank Group* (2009), defendem de uma maneira geral as mesmas características que diferenciam os bancos cooperativos dos outros tipos de bancos, sendo estas:

a) *Corporate governance* específico: *member ownership*

O *corporate governance* dos bancos cooperativos é baseado no termo *member ownership* em que os “*members of cooperative banks are not simply shareholders. Membership aims at establishing a long term relationship with the cooperative bank and generates rights, particular voting rights*” (EACB, 2006: 3).

Os membros são em primeiro lugar clientes, e como tal exigem serviços de elevada qualidade, a preços justos e que vão de encontro às suas necessidades. Após a visão de clientes, os membros são também proprietários, tendo uma palavra a dizer nas tomadas de decisões. O importante para os membros não são os lucros, mas sim os seus bancos funcionarem de uma forma eficiente e rentável, seguindo o seu negócio de banca de retalho.

Na base do *corporate governance* está igualmente instituído o princípio “um homem-um voto”. Este princípio garante uma representação justa dos interesses de todos os indivíduos, proporcionando direitos iguais para todos os associados e a mesma influência nas decisões, independentemente da quantidade de acções que detêm. É ainda objectivo dos associados usufruir de direitos, como por exemplo o direito de voto (EACB, 2004).

b) **Interesses dos clientes em primeiro lugar**

Desde o início, o intuito dos bancos cooperativos era criar valor para os seus membros e clientes, e não tanto a maximização dos lucros. Foram criando uma relação de confiança e de proximidade com os seus clientes, enraizando-se nas localidades e conseguindo um lugar de destaque em relação aos restantes bancos. Construíram uma vasta rede de balcões em cada país onde se instalaram, tentando chegar a todas as comunidades.

Uma relação de confiança entre uma instituição bancária e um cliente é a chave para um negócio duradouro.

c) Boa prática de negócio

Apesar das suas especificidades, os bancos cooperativos partilham o mercado com mais tipos de bancos, como os bancos comerciais, de poupança e ainda os de investimento, existindo assim diversidade de mercado. Desta forma, não são bancos orientados para o mercado de capitais e para a maximização do lucro. Contudo, é natural que os bancos cooperativos não trabalhem abaixo dos custos ou sem nenhuma margem de lucro uma vez que têm que ter proveitos, e funcionar de forma rentável e eficiente para existirem.

Estes bancos distribuem uma percentagem dos seus lucros pelos seus membros, mas preferem armazenar uma grande parte nas suas reservas ou até mesmo adicionar aos seus fundos próprios. Assim, conseguem ter elevados níveis de capitalização e dado que apenas distribuem uma parte dos seus lucros para os membros, têm também menores custos de capital.

Em alguns países da Europa, os bancos cooperativos são avaliados por agências de *rating* e têm em média notações de AA e AAA. Estas notações são o reflexo dos significativos níveis de capitalização e carteiras de crédito diversificadas.

d) Lucro: condição necessária

Como já referido anteriormente, para os bancos cooperativos, o lucro é apenas uma condição necessária pois têm como principal objectivo valorizar os seus clientes/membros. No entanto, têm consciência que ter lucros é importante para o funcionamento saudável do banco mas consideram que deve ser uma rentabilidade saudável já que *“is an important necessary condition for cooperative banks to safeguard their community, to finance growth and credit”* (Groeneveld e Sjauw-Koen-Fa, 2009: 19).

e) Modelo de negócio conservador

Os bancos cooperativos estão maioritariamente em comunidades locais e conseguem desta forma uma proximidade maior com os clientes, percebendo as suas necessidades, e contribuindo assim para o desenvolvimento local.

Apostam num modelo conservador focado na banca de retalho, sem assumirem grandes riscos e apoiando as empresas locais. As PME têm um papel muito importante nestas

instituições visto existir um grande financiamento a estas empresas, auxiliando no crescimento e competitividade da economia.

f) Responsabilidade social e solidariedade

Estas instituições financeiras, como parte integrante das localidades onde estão inseridas, tentam no dia-a-dia combater o desemprego e eliminar a exclusão social. Permitem o acesso a crédito e a outros serviços às pessoas mais desfavorecidas, apresentando taxas mais razoáveis tendo em consideração as suas capacidades financeiras. Apoiam ainda ao nível de vários patrocínios de actividades desportivas e culturais de cada localidade, tornando-se próximos das raízes de cada comunidade.

Ao longo dos anos, estes bancos vão tornando-se líderes no campo da responsabilidade social, tendo em consideração não só os aspectos financeiros mas também os aspectos do meio ambiente e da sociedade em geral.

3.1.3. - A crise financeira: como os bancos cooperativos foram afectados

Em meados de 2007, os Estados Unidos da América começaram a entrar numa crise financeira e económica, que se propagou para o resto do Mundo. “*The subprime crisis*”, como é trivialmente conhecida, teve início com um aumento contínuo dos preços das casas nos Estados Unidos, que por sua vez conduziu a elevados níveis de incumprimento no pagamento dos créditos. Estes níveis de incumprimento começaram a pôr em causa a capacidade financeira dos bancos e a aumentar a probabilidade destes falirem.

Existiram várias causas que provocaram esta crise, e como tal, originaram significativas consequências, tais como um enorme aumento no preço das casas e no crescimento do crédito, e uma elevada subavaliação do risco. Devido a estas consequências, surgiram novas regras e princípios para o novo sistema financeiro (Vide Anexo A).

Tal como os outros bancos, também os bancos cooperativos sofreram algumas perdas com esta crise, perdas essas que estão principalmente relacionadas com os efeitos que a recessão económica provocou na vida dos clientes.

No entanto, prepararam-se de forma diferente para as consequências que sucederam à crise financeira, devido ao seu tipo de governação que difere dos bancos comerciais.

A resiliência dos bancos cooperativos pode ser explicada pela forte performance financeira, durante e após a crise financeira, onde três importantes indicadores foram analisados: rácio *tier one*, lucro e eficiência. Em termos do rácio *tier one*, os bancos cooperativos já detinham um elevado nível de capital, e após a crise reforçaram esse capital.

O lucro geralmente é avaliado tendo em consideração o ROA e o ROE. Cálculos efectuados pela EACB e Rabobank a 45 bancos da Europa Ocidental, demonstram que o ROA e ROE dos bancos cooperativos é mais baixo do que o dos bancos comerciais. Este é um resultado que se considera esperado visto que não é uma condição necessária para estes bancos.

Em termos de eficiência, o estudo realizado pela EACB indica que os bancos cooperativos são mais eficientes do que os bancos comerciais, visto ser importante relacionar o valor de maximização para os membros e a necessidade de o banco ser lucrativo. A eficiência dos bancos cooperativos é conseguida através da criação de economias de escala, uma vez que estes bancos centralizam os seus processos o quanto podem.

Em suma, conjugando os seus valores, as suas características específicas, a solidez financeira e resiliência demonstradas, fazem com que os bancos cooperativos “*seem to emerge as clear winners of the recent turmoil, with less write downs, a viable business model generating solid revenues, and renewed approval from customers*” (EACB, 2010: 5).

3.2 - Banco cooperativo português: o Crédito Agrícola

Apesar de em alguns países da Europa, os bancos cooperativos representarem uma boa quota de mercado, em Portugal existe apenas um banco cooperativo: o Crédito Agrícola. No entanto, a Caixa Económica Montepio Geral apresenta características semelhantes ao Crédito Agrícola, sendo estes dois bancos considerados “*the two non-for-profit banks operating in Portugal*” (Barradas et al, 2011: 3). O Crédito Agrícola é um banco com base cooperativa e o Montepio Geral é gerido por uma associação mutualista. Estes dois bancos são considerados pela população bancos mais tradicionais, mas têm vindo a

modernizar-se e a demonstrar capacidade de competir com a banca comercial no geral. O Crédito Agrícola é visto como *“more similar to a typical cooperative/mutual bank than CE-MG, and has also better profitability, efficiency and capital indicators”* (Barradas et al, 2011: 3).

Desde o seu início, em 1911, o Crédito Agrícola tem vindo a evoluir e a sofrer alterações para se adaptar ao actual contexto económico e social. O ano de 2004 foi um ano importante para o banco pois foi iniciado o plano de modernização do Crédito Agrícola tendo por base três pilares: modernização tecnológica, competitividade comercial e consolidação financeira. Em 2011, foi realizada a comemoração do Centenário do Crédito Agrícola, com diversas iniciativas, e oferta de produtos e serviços exclusivamente pensados para esta data.

Desde o início da crise em 2007, também o Crédito Agrícola foi afectado mas não tanto como o restante sistema bancário. Prova disso, é o facto de o Crédito Agrícola não ter recorrido às linhas de recapitalização concedidas pelo Governo quer em 2009, quer em 2011. O presidente do Crédito Agrícola, Dr. João Costa Pinto, numa entrevista ao Jornal de Notícias em 2009, defendeu que os bancos cooperativos estavam melhor preparados para o período que sucede à crise dado que *“os bancos cooperativos encontram-se, por via de regra, bem capitalizados, o que aumenta a sua resistência à crise e à instabilidade dos mercados financeiros”*.

Conhecer melhor este banco cooperativo que tem sobrevivido de forma confortável à crise, são os passos seguintes.

3.2.1. - Origem, missão e valores

O Grupo Crédito Agrícola é um grupo financeiro português que comemorou em 2011 100 anos de existência, sendo constituído por 84 Caixas Agrícolas e por várias empresas associadas e especializadas, que têm como núcleo central a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

Esta estrutura central conjuntamente com as caixas associadas forma o denominado *“Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo”*, doravante designado por SICAM, e tem como principais competências a supervisão, orientação, fiscalização, intervenção e acompanhamento das actividades desenvolvidas pelas Caixas Associadas e FENACAM (Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo). Por sua vez, a

FENACAM é uma instituição que tem como principal função representar e apoiar as suas associadas, e aquando da sua criação, em 1978, um dos seus objectivos era o de obter uma revisão da legislação que estava aplicada ao Crédito Agrícola Mútuo.

Existem ainda cinco CCAM que não fazem parte do SICAM, sendo elas: CCAM de Bombarral, CCAM da Chamusca, CCAM de Leiria, CCAM de Mafra e CCAM de Torres Vedras.

O Crédito Agrícola é um banco cooperativo que tem como particularidade possuir um modelo de governação diferente dos outros bancos, na medida em que possui um Regime Jurídico próprio. Este regime foi criado com o intuito de as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo não estarem sujeitas à tutela da Caixa Geral de Depósitos, e ser constituída uma Caixa Central que regulasse a actividade destas Caixas. Ao longo dos anos, o regime jurídico tem sofrido alterações consoante a evolução que se regista quer no sistema financeiro, quer nas Caixas do Crédito Agrícola.

Para além do modelo de governação, tem ainda outras particularidades que estão relacionadas com o facto de ser um banco pouco conhecido nos meios urbanos e dos poucos bancos com capitais exclusivamente nacionais. É identificado como um banco que não é propenso ao risco, não está cotado em bolsa, não é avaliado por nenhuma agência de *rating* e actualmente não necessita de financiamento no Banco Central Europeu.

Seguindo o modelo de eficiência dos bancos cooperativos europeus, e após a fundação de várias CCAM, também o Crédito Agrícola adoptou uma atitude de centralização de processos. Uma dessas formas de centralização foi iniciar em 1986 um processo de fusões entre as Caixas Agrícolas. Desde essa data até 2010, já foram realizadas 108 fusões entre CCAM. No final de 2011, o número de Caixas Associadas era de 84.

Uma das missões deste Grupo é a de proporcionar a todos os seus clientes uma vasta gama de produtos e serviços que se adequem às necessidades locais onde estão inseridos. Para além disto, tem como objectivo “contribuir em diversos níveis - económico, social, cultural e desportivo - para o progresso das comunidades locais em que é instituição de referência” (CA). Actualmente, o Grupo é considerado quase uma instituição de crédito universal, com contínuos processos de modernização e adaptando-se à realidade de cada região.

Tal como as outras instituições, também o Crédito Agrícola assenta em valores muito próprios (Vide Anexo B), tais como foco no cliente e numa banca de proximidade, orientação para o desenvolvimento regional, solidez, ética, solidariedade e modernidade.

Estes valores, em linha com as principais características dos bancos cooperativos, têm contribuído para ajudar as comunidades locais e instituições sem fins lucrativos. Exemplos de acções solidárias desenvolvidas pelo CA são o apoio a creches, a lares da terceira idade, a associações desportivas e de cultura, assim como a doação de equipamentos para corporações de bombeiros e unidades hospitalares. A título de curiosidade, o Grupo Crédito Agrícola foi condecorado com o Crachá de Ouro pela Liga dos Bombeiros Portugueses (Confederação das Associações e Corpos de Bombeiros) como forma de reconhecimento público da colaboração e apoio das CCAM a esta Liga.

3.2.2. - Evolução dos principais indicadores

Com o intuito de tentar perceber a relação entre solvabilidade e o crédito bancário no CA, foram analisados alguns dos principais indicadores do banco: o rácio de solvabilidade, o rácio de transformação, o ROA (*Return On Assets*) e o ROE (*Return On Equity*). Estes indicadores foram analisados tendo por referência 31 de Dezembro de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

Por motivos de confidencialidade exigida pelo CA, os nomes das CCAM não serão divulgadas.

3.2.2.1. - Rácio de solvabilidade

O rácio de solvabilidade, também conhecido como rácio de capital, permite avaliar a segurança e solidez do banco em termos de possíveis perdas futuras. Quanto mais elevado for este rácio, maior é a estabilidade financeira do banco. Segundo a Instrução nº 23/2011 do Banco de Portugal inerente aos indicadores de referência a serem utilizados pelas instituições de crédito, um dos rácios de solvabilidade a ser utilizado é o rácio de adequação de fundos próprios, calculado da seguinte forma:

$$\text{Rácio de Adequação de Fundos Próprios} = \frac{\text{Fundos próprios}}{(\text{Requisitos de fundos próprios} \times 12,5)} \quad (1)$$

Actualmente, as instituições de crédito têm especial atenção ao rácio de solvabilidade *Core Tier 1*¹, sendo este *Core Tier 1* o tipo de capital com mais qualidade. De acordo com o Banco de Portugal no início de 2011, os bancos portugueses teriam que ter, no mínimo, um rácio *Core Tier 1* de 8,00% até 31 de Dezembro de 2011. No entanto, e no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, o Banco de Portugal reviu estes valores e estabeleceu que os bancos teriam que ter no mínimo um rácio *Core Tier 1* de 9% até ao final de 2011 e de 10% até ao final de 2012.

O Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado entre o BCE, Comissão Europeia e FMI no decorrer do ano de 2011, tem o intuito de os bancos reforçarem os seus níveis de solvabilidade e liquidez. Para tal, foi solicitado aos oito maiores grupos bancários portugueses (BCP, BPI, CGD, ESFG, CEMG, BST, BANIF E SICAM) elaborarem planos de financiamento e de capital, respeitando um conjunto de restrições e princípios, entre as quais o processo gradual de desalavancagem e aumento do rácio de solvabilidade.

No que respeita ao SICAM, o grupo apresenta níveis sólidos de solvabilidade no período em análise, como se pode observar no Quadro 3.1, e terminou o ano de 2011 com um rácio de solvabilidade global de 13,40%, muito acima do mínimo exigido.

	2007	2008	2009	2010	2011
Rácio Core Tier 1	11,60%	11,20%	12,55%	12,62%	12,68%
Rácio de solvabilidade global	14,40%	12,80%	13,75%	13,70%	13,40%

Quadro 3.1 - Evolução dos rácios de solvabilidade do SICAM

Fonte - Relatório e contas do CA de 2011

Tal como referido anteriormente, o SICAM é composto pela Caixa Central e pelas CCAM que dão um importante contributo para este rácio tão confortável. Como tal, foi seleccionada uma amostra com as cinco CCAM que apresentaram rácios de solvabilidade mais elevados e mais reduzidos em cada ano de análise. Após a selecção desta amostra, foi calculado o valor médio das cinco caixas em cada ano, tendo obtido o seguinte resultado:

¹ Rácio *Core Tier 1* - nível mínimo de capital que as instituições devem ter em função dos requisitos de fundos próprios decorrentes dos riscos associados à sua actividade (definição do Banco de Portugal).

Rácio de solvabilidade	2007	2008	2009	2010	2011
Valor médio mais elevado	27,87%	33,80%	36,50%	39,21%	40,92%
Valor médio mais reduzido	6,74%	9,04%	10,04%	9,47%	9,19%

Quadro 3.2 - Evolução do valor médio das cinco CCAM com rácios de solvabilidade mais elevados e mais reduzidos

Fonte: Dados do CA

Como é possível observar no Quadro 3.2, existem Caixas Agrícolas com rácios de solvabilidade muito elevados, o que permitiria a estas CCAM arriscarem mais, concedendo mais crédito e diminuindo o capital.

Contudo, constata-se que em 2007 o valor médio das CCAM com um rácio mais reduzido foi de apenas 6,74%, um nível significativamente abaixo do mínimo exigido actualmente. Para este valor contribuiu bastante o rácio de uma CCAM que nesse ano chegou a ser negativo, e que no início de 2008 foi alvo de uma fusão com outra CCAM.

Ao comparar o rácio de solvabilidade global do SICAM com o dos outros sete maiores grupos bancários (Quadro 3.3), constata-se uma notável diferença. O grupo bancário que apresenta um rácio de solvabilidade mais próximo do SICAM é a Caixa Económica Montepio Geral, que tem em média, no período de análise, um rácio de solvabilidade de cerca de 11,92%, contra 13,61% do SICAM. Por outro lado, o grupo bancário que apresenta um rácio mais reduzido é o BCP, que tem em média um rácio de cerca de 10,28%.

	2007	2008	2009	2010	2011
BCP	9,6%	10,5%	11,5%	10,3%	9,5%
BPI	9,9%	11,3%	11,0%	11,1%	9,3%
CGD	10,1%	10,7%	12,6%	12,3%	11,6%
ESFG	11,5%	11,3%	11,2%	11,3%	10,7%
CEMG	9,0%	11,4%	12,8%	12,9%	13,5%
BST	11,4%	11,2%	11,9%	11,1%	11,5%
BANIF	10,2%	9,6%	13,2%	14,1%	11,4%

Quadro 3.3 - Evolução do rácio de solvabilidade global dos sete maiores grupos bancários portugueses

Fonte - Relatórios e contas dos sete bancos

De uma forma geral, todos estes bancos apresentam rácios de solvabilidade acima do mínimo exigido para o final de 2012, tendo em consideração a actual crise económica e financeira. Contudo, é necessário todos os bancos continuarem a reforçar estes rácios, com o objectivo de manter o sistema bancário português sólido.

Para os bancos aumentarem este rácio têm três opções: através do aumento de capital, através da diminuição dos activos em balanço, ou por um crescimento do capital maior que o activo. Como tal, e desde que tiveram as exigências por parte do Banco de Portugal, os bancos iniciaram injeções de capital de melhor qualidade, contribuindo para um crescimento positivo do capital *Core Tier 1* em todo o sistema bancário e demonstrando a responsabilidade assumida pelos bancos. Foi ainda tido em consideração os activos ponderados pelo risco, que têm registado uma tendência positiva.

Contudo, tendo em consideração as actuais condições de mercado menos propícias a aumentos de capital e no seguimento da recomendação efectuada pelo Banco de Portugal, “os principais bancos portugueses adoptaram uma política de distribuição de dividendos bastante moderada, o que permitiu o reforço dos capitais próprios, por via da incorporação dos resultados retidos” (Banco de Portugal, 2011:12).

3.2.2.2. - Rácio de Transformação

O rácio de transformação representa o crédito concedido em função dos depósitos totais e permite medir o grau de alavancagem do banco. De acordo com a Instrução nº 23/2011, a fórmula de cálculo deste rácio é a seguinte:

$$\text{Rácio de transformação} = \frac{\text{Crédito total} - \text{Provisões / Imparidade acumulada para crédito}}{\text{Depósitos de clientes}} \quad (2)$$

Tal como no rácio de solvabilidade, também os bancos terão que tomar medidas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira. Como tal, até ao final de 2014 os oito maiores grupos bancários terão que reduzir o seu rácio de transformação para um limite máximo de 120%. Isto significa que, se todos os bancos portugueses tiverem um rácio deste valor, então por cada 100 euros realizados em depósitos nestes

bancos, existem 120 euros de crédito concedido a clientes. Quanto mais elevado for este rácio, maior é o grau de alavancagem dos bancos.

Como a maioria dos bancos portugueses apresentava valores muito elevados neste rácio, o programa de assistência prevê que este processo de desalavancagem seja gradual, de forma a não colocar em causa a viabilidade das instituições bancárias, daí o espaço temporal para esta medida ser também mais prolongado do que o que se verifica no rácio de solvabilidade.

No que diz respeito ao rácio de transformação do SICAM no período em análise, podemos constatar que este tem apresentado valores abaixo dos 90% (Figura 3.1), cumprindo em larga medida até agora o exigido pelo Banco de Portugal para 2014.

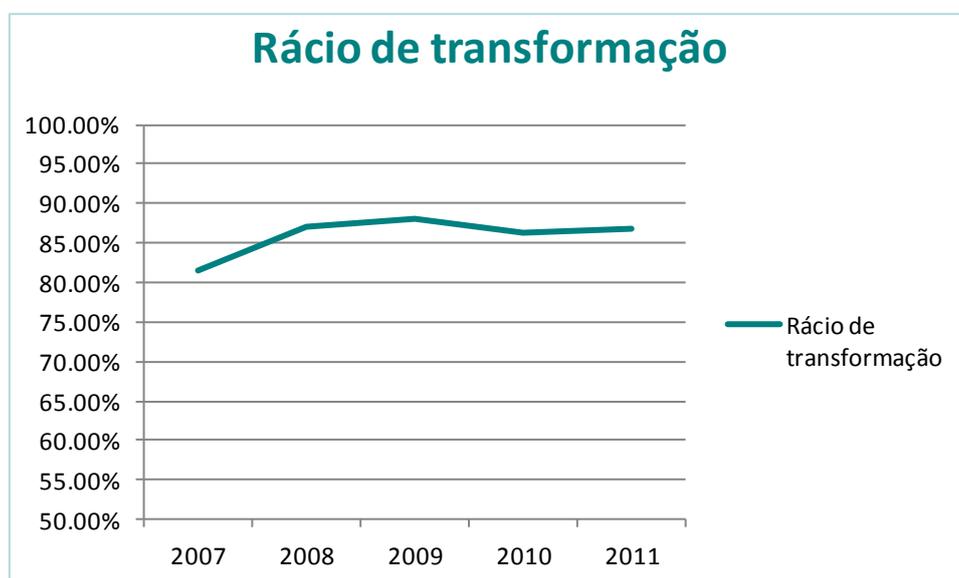


Figura 3.1 - Evolução do rácio de transformação no SICAM

Fonte: Relatório e contas do CA de 2011

Em termos das Caixas Agrícolas, foi selecionada uma amostra com as cinco CCAM que apresentaram rácios de transformação mais elevados e mais reduzidos em cada ano de análise. Com base no valor médio das cinco caixas em cada ano, foi obtido o seguinte resultado:

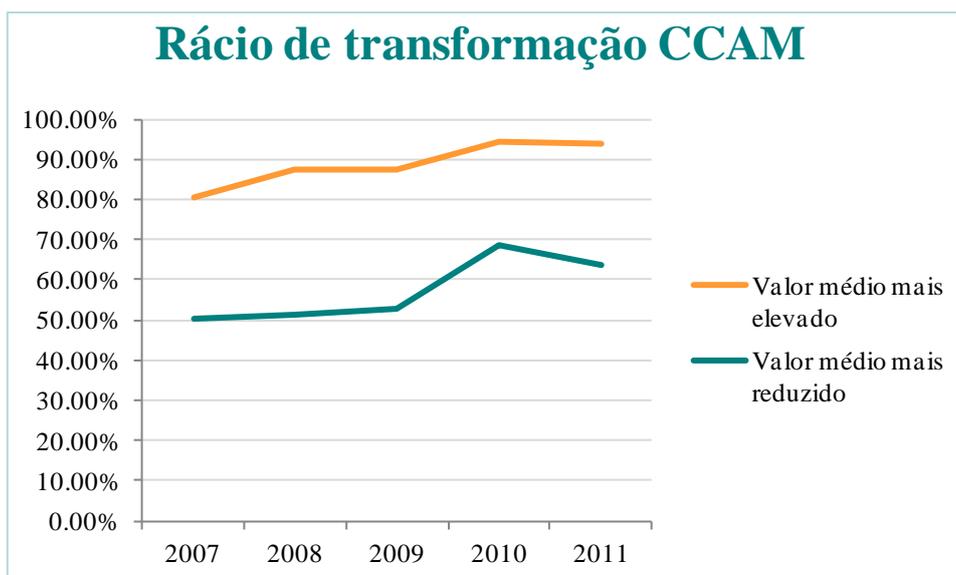


Figura 3.2 - Evolução do valor médio das cinco CCAM com rácios de transformação mais elevados e mais reduzidos

Fonte: Dados do CA

Através da análise ao Figura 3.2, observa-se que a partir de 2010 o valor médio mais elevado do rácio tem vindo a aumentar, sendo que em 2011 atingiu o valor médio de 94,04%. Este aumento é explicado pelo rácio de transformação de uma CCAM que tanto em 2010 como em 2011, apresentou um rácio ligeiramente superior a 100%. Contudo, encontra-se perfeitamente dentro dos limites propostos.

Em termos do rácio de transformação mais reduzido, verifica-se que o valor médio mais baixo foi de cerca de 50%. Apresentar um rácio de transformação muito baixo também não é um bom indicador pois pode significar que o banco tem uma elevada captação de depósitos face ao valor que concede em crédito. Muitas destas situações podem ser explicadas pelas regiões onde as CCAM estão inseridas, possivelmente com uma população mais idosa que têm a necessidade de depositar o seu dinheiro no banco, do que a necessidade de solicitar crédito junto da instituição bancária.

Quando comparados com os valores do rácio do SICAM com os dos sete maiores grupos bancários portugueses, também aqui se nota uma considerável diferença já que todos os bancos apresentam valores acima dos 100% (Quadro 3.4).

	2007	2008	2009	2010	2011
BCP	168,9%	169,3%	164,1%	163,6%	144,8%
BPI	136,0%	112,0%	132,0%	122,0%	109,0%
CGD	123,6%	125,3%	120,2%	121,0%	122,2%
ESFG	177,0%	178,0%	192,0%	165,0%	141,0%
CEMG	154,3%	156,0%	162,2%	148,1%	124,1%
BST	222,4%	196,0%	204,8%	194,2%	149,8%
BANIF	137,8%	135,5%	145,9%	140,7%	119,5%

Quadro 3.4 - Evolução do rácio de transformação dos sete maiores grupos bancários portugueses

Fonte - Relatórios e contas dos sete bancos

Desde 2010, a maioria dos bancos tem vindo a reduzir o seu rácio de alavancagem, à excepção da CGD que registou um ligeiro aumento. O Banco Santander Totta terá ainda que fazer um esforço adicional para continuar a reduzir este rácio, já que no final de 2011 ainda apresentava um rácio de 149,8%.

No conjunto das oito instituições bancárias, e de acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal, datado de Novembro de 2011, os bancos para reduzirem este rácio têm duas alternativas: através do aumento dos depósitos ou através da redução da carteira de crédito.

Em termos de depósitos, os bancos têm avançado com campanhas atractivas para os mais diversos segmentos de mercado. Contudo, e como as taxas de juro dos depósitos a prazo começaram a ser muito elevadas desde 2011, o Banco de Portugal impôs alguns limites, nomeadamente que os bancos fossem penalizados no capital para os depósitos que fossem remunerados a uma taxa de 3% acima do valor da Euribor nesse prazo. Em Abril de 2012, o Banco de Portugal voltou a impôr mais limites, dificultando assim a possibilidade de os bancos oferecerem taxas melhores que os outros.

No que concerne ao crédito, os bancos terão que reduzir a sua carteira, tendo a possibilidade de o fazer através da venda de crédito ou da redução da concessão de novo crédito. Este último afecta principalmente o segmento particular, nomeadamente no que diz respeito à aquisição de habitação.

3.2.2.3. - ROA (*Return On Assets*)

O *Return On Assets* (ROA), ou também denominado rendibilidade líquida dos activos, é um indicador de rendibilidade que permite avaliar a capacidade que o banco tem, de forma eficiente, em gerar resultados líquidos tendo por base os seus activos. Assim, o ROA é obtido por:

$$\text{ROA} = \frac{\text{Resultado líquido}}{\text{Activo líquido médio}} \quad (3)$$

O objectivo do banco é que este rácio assuma um valor elevado, demonstrando assim a capacidade eficaz dos activos em gerarem resultados.

No SICAM, entre 2007 e 2008, o ROA assumia valores ligeiramente acima de 1%, verificando-se uma descida significativa nos anos seguintes, sendo que em 2011 apresentava um rácio de 0,4% (Quadro 3.5). Este valor de 0,4% indica que por cada euro do activo líquido médio do banco, origina 0,004€ em resultados líquidos.

	2007	2008	2009	2010	2011
BCP	0,7%	0,3%	0,3%	0,4%	-0,8%
BPI	0,9%	0,4%	0,6%	0,6%	-0,4%
CGD	0,9%	0,5%	0,3%	0,2%	-0,4%
ESFG	1,0%	0,6%	0,7%	0,7%	0,0%
CEMG	0,4%	0,2%	0,3%	0,3%	0,2%
BST	1,2%	1,2%	1,1%	0,9%	0,2%
BANIF	0,7%	0,3%	0,3%	0,3%	-0,5%
SICAM	1,1%	1,1%	0,3%	0,3%	0,4%

Quadro 3.5 - Evolução do ROA dos oito maiores grupos bancários portugueses

Fonte - Relatório e contas dos oito bancos

Para os restantes sete maiores grupos bancários portugueses, constata-se que efectivamente ocorreram quebras no valor deste rácio de 2010 para 2011, tendo a maioria apresentado valores negativos (Quadro 3.5). Os bancos que não apresentaram valores negativos, tiveram valores muito próximo de 0, indiciando que os bancos não estão a conseguir, de forma eficiente, gerar resultados com os seus activos, o que resulta em prejuízos para os bancos.

Em termos das cinco CCAM que apresentaram rácios de rendibilidade líquida dos activos mais elevados, constata-se que o valor médio esteve sempre acima de 1% durante o período de análise, principalmente entre 2007 e 2008 que chegou a ultrapassar os 2% (Quadro 3.6).

Por seu turno, o valor médio das cinco CCAM com valores mais baixos no ROA, registaram sempre valores negativos. No entanto, de 2010 para 2011, verificou-se um melhoramento considerável no valor deste rácio apesar de continuar negativo.

ROA	2007	2008	2009	2010	2011
Valor médio mais elevado	2,73%	2,65%	1,25%	1,26%	1,30%
Valor médio mais reduzido	- 0,57%	- 0,04%	- 1,04%	- 1,35%	- 0,27%

Quadro 3.6 - Evolução do valor médio das cinco CCAM com rácio de rendibilidade líquida dos activos mais elevados e mais reduzidos

Fonte: Dados do CA

De uma forma geral, o rácio de rendibilidade líquida dos activos dos bancos sofreu descidas consideráveis, demonstrando a dificuldade dos mesmos em gerar resultados positivos, fortemente atacados pela crise financeira e económica.

3.2.2.4. - ROE (*Return On Equity*)

O último indicador avaliado foi o *Return On Equity* (ROE), identificado como a rendibilidade dos capitais próprios. Este indicador permite aferir a rendibilidade que os capitais investidos pelos detentores de capital originaram num certo período, bem como dos lucros que estão disponíveis para o banco distribuir. Desta forma, é ideal que os bancos tenham um valor elevado neste rácio. Um banco que tenha um valor elevado neste rácio implica que pode ter ocorrido através das seguintes formas: ou pelo aumento do resultado líquido ou pela diminuição do capital próprio, sendo calculado da seguinte forma:

$$\text{ROE} = \frac{\text{Resultado líquido}}{\text{Capitais próprios}} \quad (4)$$

Para o SICAM, este rácio sofreu uma significativa queda no período analisado, com especial relevância entre o ano de 2008 e 2009 (Quadro 3.7). Em 2008, o SICAM apresentava um rácio de 12,4% contra um rácio em 2009 de 4,2%. Ao analisar as

variáveis que compõem este rácio para este dois anos, constata-se uma descida acentuada do valor do resultado líquido, de 121.000.000 euros para 42.000.000 euros. Estes valores registados vão de encontro ao que se verificou com o ROA. No entanto, em 2011 registou uma ligeira subida de 1,5 pontos percentuais devido ao aumento do resultado líquido de um ano para o outro, fixando um valor de cerca de 5%.

	2007	2008	2009	2010	2011
BCP	14,9%	4,5%	4,6%	9,8%	-22,0%
BPI	24,7%	8,8%	8,8%	8,8%	-13,2%
CGD	17,1%	9,6%	4,8%	4,1%	-6,4%
ESFG	17,0%	10,2%	11,0%	9,4%	-0,1%
CEMG	8,1%	4,1%	4,7%	5,2%	3,9%
BST	24,4%	22,6%	20,8%	15,5%	1,5%
BANIF	14,0%	6,2%	4,8%	5,0%	-10,4%
SICAM	13,0%	12,4%	4,2%	3,5%	5,0%

Quadro 3.7 - Evolução do ROE dos oito maiores grupos bancários portugueses

Fonte - Relatório e contas dos oito bancos

Tal como se verificou no ROA, também os outros sete maiores grupos bancários apresentaram valores negativos no ROE, no ano de 2011. O banco que registou pior desempenho foi Millennium BCP que chegou a atingir -22,0%.

Em 2007, à excepção do Montepio Geral, todos os bancos apresentavam um ROE superior a 10%, resultado este bastante positivo. No entanto, a partir dessa data o rácio começou a diminuir, sendo que os únicos bancos que conseguiram ter um valor positivo em 2011 foram o Montepio e o Banco Santander Totta.

No que respeita às CCAM (Quadro 3.8), existe uma grande disparidade entre o valor médio mais elevado e valor médio mais reduzido, nomeadamente em 2011. As cinco CCAM com um valor médio mais elevado no ROE, registaram valores acima dos 30% entre 2007 e 2008, seguido por uma descida em cerca de pouco mais de metade, verificando-se um valor 14,46% em 2009. De 2010 para 2011, o rácio sofreu um significativo aumento de cerca de 31 pontos percentuais, situando-se nos 46,18%. Para as CCAM com um valor médio mais reduzido, constatam-se valores negativos, tal como tinha acontecido com o ROA. O valor médio negativo mais elevado verificou-se em

2010 dado que uma CCAM teve uma descida abrupta de cerca de 3.000.000 euros em termos de capitais próprios.

ROE	2007	2008	2009	2010	2011
Valor médio mais elevado	32,01%	38,61%	14,46%	15,19%	46,18%
Valor médio mais reduzido	-4,84%	- 1,53%	- 8,13%	- 25,62%	- 3,39%

Quadro 3.8 - Evolução do valor médio das cinco CCAM com rácio de rendibilidade dos capitais próprios mais elevados e mais reduzidos

Fonte: Dados do CA

Em suma, a partir de 2008 o SICAM evidencia melhores resultados no rácio de rendibilidade dos capitais próprios do que a maioria do restante sistema bancário, demonstrando assim a sua eficácia em gerir resultados tendo por base quer o seu activo, quer os seus capitais próprios.

4 - Metodologia e análise empírica

Com base em Heid et al (2003), já anteriormente abordado no capítulo 2, irá ser adaptado o modelo econométrico ao banco em estudo, o Crédito Agrícola. O objectivo é formular hipóteses empíricas antes do início do modelo, e confrontar com os resultados obtidos no final. Será ainda realizada uma breve comparação entre os resultados obtidos com o Crédito Agrícola e os resultados do *paper* dos bancos de poupança alemães.

4.1 - Hipóteses empíricas

Antes da formulação do modelo econométrico, é importante definir algumas hipóteses empíricas que suportem o estudo em questão. Neste sentido, e uma vez que o objectivo desta dissertação é tentar perceber qual a relação existente entre solvabilidade e o crédito bancário no caso do CA, serão formuladas hipóteses que tentem responder a esta questão.

Desta forma, as hipóteses empíricas serão as seguintes:

H1: Existe correlação positiva entre solvabilidade e o risco? As caixas que têm muita solvabilidade podem aumentar mais o risco.

H2: As caixas agrícolas que têm um rácio de transformação maior, aumentam o capital? Quanto maior o rácio de transformação, maior o crédito para um dado nível de depósitos e por isso maior será o capital necessário.

Estas duas primeiras hipóteses serão testadas usando apenas a correlação entre as variáveis como uma primeira análise exploratória dos dados.

Para além destas, serão ainda consideradas as hipóteses da “*buffer theory*”:

H3: Os bancos ajustam o capital e o risco de forma a estarem em concordância com a regulação do capital. Quando o *buffer* de capital é baixo, as CCAM reduzem os riscos ponderados e/ou aumentam o capital?

H4: As CCAM que têm um baixo nível de *capital buffer* ajustam de uma forma mais rápida o capital/risco do que as CCAM que têm elevados *capital buffer*?

4.2 - Formulação do modelo

No *paper* estudado, o objectivo era avaliar a forma como os bancos de poupança alemães ajustavam o capital e o risco tendo em consideração a regulação do capital. No modelo em estudo para o Crédito Agrícola, será tido em consideração a regulação exigida pelo Banco de Portugal. Vão ser ainda definidas as equações do capital e do risco e as variáveis que vão afectar cada uma delas.

Tal como utilizado no modelo dos bancos de poupança alemães, também vai ser utilizada neste modelo a mesma definição para capital e risco. Assim, o capital será medido através do capital utilizado no rácio de solvabilidade para efeitos regulatórios. Por sua vez, o risco irá ser medido tendo em consideração os valores dos riscos ponderados para efeitos regulatórios.

A variável de pressão regulatória ou almofada de capital será uma variável contínua e assumirá os seguintes valores: entre 2007 e 2010 a variável será calculada pela diferença entre o rácio de solvabilidade e 0,08, e em 2011 pela diferença entre o rácio de solvabilidade e 0,09, sendo os valores 0,08 e 0,09 os mínimos exigidos pelo BdP. No estudo do Heid et al (2003), os autores definiram esta variável regulatória como uma variável *dummy* (REG) em que assume apenas dois valores: se for 1 significa que o banco tem uma almofada de capital igual ou inferior à mediana da almofada de capital standardizada sobre todas as observações. No caso de a variável ser 0 implica que o

banco tem uma almofada de capital acima dessa mediana da almofada de capital. Nesta tese optou-se por uma variável contínua por ser mais informativa.

De acordo com a teoria, as equações que representam as variações no capital e no risco são as seguintes:

$$\Delta CAP_{j,t} = \alpha (CAP^*_{j,t} - CAP_{j,t-1}) + \varepsilon_{j,t} \quad (5)$$

$$\Delta RISCO_{j,t} = \beta (RISCO^*_{j,t} - RISCO_{j,t-1}) + v_{j,t} \quad (6)$$

Em que $\Delta CAP_{j,t}$ e $\Delta RISCO_{j,t}$ são as variações do capital e risco, respectivamente, α e β representam factores proporcionais ao capital e risco, $CAP^*_{j,t}$ e $RISCO^*_{j,t}$ são os níveis óptimos, $CAP_{j,t-1}$ e $RISCO_{j,t-1}$ são os níveis de capital e risco no período anterior, e j representa o banco CA e t o período. Este é o modelo de *capital buffer*, em que existem níveis de risco e capital óptimos, mas também estão presentes custos de ajustamento que implicam que o banco não esteja sempre no óptimo. Por isso, ele procura convergir de forma não imediata para os níveis óptimos de capital e risco.

O nível óptimo de capital e risco dependem de um conjunto de variáveis. No modelo desenvolvido por Heid et al (2003), foram seleccionadas quatro variáveis que afectavam os níveis óptimos de capital e risco: a dimensão do banco, os lucros actuais, as provisões e a variável regulatória.

No modelo desenvolvido para o CA foram seleccionadas oito variáveis: crédito vencido, comissões (comissões/produto bancário), liquidez (aplicações em OIC/Activo), penhor² ((Crédito com Garantia por Hipoteca+Crédito garantido por penhor D.P.)/crédito total), rácio de transformação (crédito/depósitos), log activo, lag do ROE (l.roe), log da produtividade (sendo a produtividade a divisão entre produto bancário e nº de empregados). Estas variáveis foram escolhidas tendo em consideração a importância que têm em cada uma das variáveis dependentes (capital e risco). No capítulo dos primeiros resultados será explicada a razão de ser da escolha de cada uma das variáveis.

Para tal, as variáveis anteriormente mencionadas, irão ser introduzidas nas equações (5) e (6), passando a estar representadas da seguinte forma:

² Penhor - é uma variável que representa o crédito com garantias (hipoteca e penhor)

$$\Delta CAP_{j,t} = \alpha_0 + \alpha_1 \text{ solv_buffer}_{j,t} + \alpha_2 \text{ cvencido}_{j,t} + \alpha_3 \text{ activo}_{j,t} + \alpha_4 \text{ liquidez}_{j,t} + \alpha_5 \text{ transformacao}_{j,t} + \alpha_6 \text{ lprod}_{j,t} + \alpha_7 \text{ roe}_{j,t-1} + \alpha_8 \Delta RISCO_{j,t} - \alpha_9 CAP_{j,t-1} + \beta_{13} \text{ dy2008} + \beta_{14} \text{ dy2009} + \beta_{15} \text{ dy2010} + \varepsilon_{j,t} \quad (7)$$

$$\Delta RISCO_{j,t} = \beta_0 + \beta_1 \text{ solv_buffer}_{j,t} + \beta_2 \text{ cvencido}_{j,t} + \beta_3 \text{ activo}_{j,t} + \beta_3 \text{ liquidez}_{j,t} + \beta_5 \text{ transformacao}_{j,t} + \beta_6 \text{ com_pb}_{j,t} + \beta_7 \text{ penhor}_{j,t} + \beta_8 \Delta CAP_{j,t} + \beta_9 RISCO_{j,t-1} + \beta_{13} \text{ dy2008} + \beta_{14} \text{ dy2009} + \beta_{15} \text{ dy2010} + \varepsilon_{j,t} \quad (8)$$

Em que α_9 e β_9 representam a velocidade de ajustamento no capital e no risco. As variáveis dy2008 a dy 2011 são variáveis *dummy* temporais introduzidas para captar o efeito das variáveis macro. Apesar do período de referência ser de 2007 a 2011, quer o ano de 2007 quer o de 2011 não aparecem nas equações pois com a variação das variáveis dependentes 2007 perde-se dado que não existe uma base de comparação com o ano anterior, e 2011 é utilizado como ano de referência.

O *buffer* de capital é introduzido para captar o efeito da pressão regulatória. Espera-se que esta variável tenha um efeito negativo no capital, ou seja, os bancos com menos almofada irão aumentar mais o capital. Por outro lado, será de esperar um efeito positivo no risco, isto é, os bancos que tenham almofadas de capital maiores irão por sua vez aumentar o risco.

As variáveis $CAP_{j,t-1}$ e $RISCO_{j,t-1}$ são introduzidos para captar o lag das respectivas variáveis (ver eq (5) e (6)). São ainda introduzidas as $\Delta CAP_{j,t}$ e $\Delta RISCO_{j,t}$ que são elementos típicos num modelo de ajustamento parcial já que o processo da ajustamento até ao nível óptimo é um ajustamento lento.

As variáveis cvencido, activo, liquidez, transformação, lprod e roe (t-1) são determinantes do nível de capital óptimo. No que diz respeito às variáveis determinantes do nível de risco óptimo são cvencido, activo, liquidez, transformação, com_pb e penhor.

Tendo em consideração a solvabilidade *buffer* das CCAM, o objectivo seguinte é verificar de que forma esta afecta o ajustamento do capital e do risco. Para tal, foi realizada uma interacção entre o lag do capital e o solv_buffer, assim como uma interacção entre o lag dos riscos ponderados e o solv_buffer, com as seguintes equações:

$$\Delta CAP_{j,t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 \text{ solv_buffer}_{j,t} + \alpha_2 \text{ cvencido}_{j,t} + \alpha_3 \text{ lcapital}_{j,t-1} + \alpha_4 \text{ activo}_{j,t} + \alpha_5 \text{ liquidez}_{j,t} + \alpha_6 \text{ transformacao}_{j,t} + \alpha_7 \text{ prod}_{j,t} + \alpha_8 \text{ roe}_{j,t-1} + \alpha_9 \Delta \text{ riscos}_{j,t-1} + \alpha_{10} \text{ CAP}_{j,t-1} + \alpha_{11} \text{ solv_buffer} * \text{ CAP}_{j,t-1} + \beta_{13} \text{ dy2008} + \beta_{14} \text{ dy2009} + \beta_{15} \text{ dy2010} + \varepsilon_{j,t} \quad (9)$$

$$\Delta \text{ riscos}_{j,t-1} = \beta_0 + \beta_1 \text{ solv_buffer}_{j,t} + \beta_2 \text{ cvencido}_{j,t} + \beta_3 \text{ lriscos}_{j,t-1} + \beta_4 \text{ activo}_{j,t} + \beta_5 \text{ liquidez}_{j,t} + \beta_6 \text{ transformacao}_{j,t} + \beta_7 \text{ com_pb}_{j,t} + \beta_8 \text{ penhor}_{j,t} + \beta_9 \Delta \text{ CAP}_{j,t-1} \pm \beta_{10} \text{ lriscos}_{j,t-1} \pm \beta_{11} \text{ solv_buffer} * \text{ lriscos}_{j,t-1} + \beta_{13} \text{ dy2008} + \beta_{14} \text{ dy2009} + \beta_{15} \text{ dy2010} + \varepsilon_{j,t} \quad (10)$$

Com base nos resultados obtidos na interacção entre o lag do capital e o solv_buffer, e na equação 5, foi elaborado o seguinte raciocínio mais simplificado:

$$\Delta \text{ CAP}_{j,t-1} = \alpha_{10} \text{ CAP}_{j,t-1} + \alpha_{11} \text{ solv_buffer} * \text{ CAP}_{j,t-1} \Leftrightarrow$$

$$\Leftrightarrow \Delta \text{ CAP}_{j,t-1} = \text{ CAP}_{j,t-1} \underbrace{(\alpha_{10} + \alpha_{11} * \text{ solv_buffer})}_{\text{velocidade de ajustamento}} \quad (11)$$

Considerando um exemplo para fins de interpretação:

Se o coeficiente vem: - 0,5 - 0,05*solv_buffer

E solv_buffer = 0, então a velocidade de ajustamento do capital é de -0,5. No entanto, se a solv_buffer aumentar até 1, a velocidade de ajustamento do capital será de -0,55, implicando que um aumento na almofada de capital faça com que a velocidade de ajustamento também aumente³. Teoricamente, esperamos que os bancos com maiores almofadas vão ajustar o capital mais lentamente (α_{11} negativo).

No caso da interacção entre o lag do risco com o solv_buffer, e com base na equação 6:

$$\Delta \text{ riscos}_{j,t-1} = \beta_{10} \text{ lriscos}_{j,t-1} + \beta_{11} (\text{ lriscos}_{j,t-1} * \text{ solv_buffer}) \Leftrightarrow$$

$$\Leftrightarrow \Delta \text{ riscos}_{j,t-1} = \text{ lriscos}_{j,t-1} \underbrace{(\beta_{10} + \beta_{11} * \text{ solv_buffer})}_{\text{velocidade de ajustamento}} \quad (12)$$

Se o coeficiente for por exemplo: -0,2 - 0,02*solv_buffer

³ É referido sempre ao longo do texto o valor absoluto da velocidade de ajustamento.

E se solv_buffer for igual a 0, então a velocidade de ajustamento do risco será de -0,2. Se houver um aumento do solv_buffer para 1, então a velocidade assumirá um valor de -0,22, o que significa que a velocidade de ajustamento do risco aumentará. O resultado esperado pela teoria é que os bancos com maiores almofadas ajustem mais lentamente o risco para o equilíbrio (β_{11} negativo).

Por fim, foi realizada uma interacção entre a variação do capital com o solv_buffer e a variação do risco com o solv_buffer , com o intuito de perceber de que forma o solv_buffer afecta a resposta do capital ao risco e vice-versa.

As equações para realizar estas interacções foram as seguintes:

$$\Delta \text{CAP}_{j,t} = \alpha_0 + \alpha_1 \text{solv_buffer}_{j,t} + \alpha_2 \text{cvencido}_{j,t} + \alpha_3 \text{ICAP}_{j,t-1} + \alpha_4 \text{lactivo}_{j,t} + \alpha_5 \text{liquidez}_{j,t} + \alpha_6 \text{transformacao}_{j,t} + \alpha_7 \text{lprod}_{j,t} + \alpha_8 \text{roe}_{j,t-1} + \alpha_9 \Delta \text{riscos}_{j,t} + \alpha_{10} \text{CAP}_{j,t-1} + \alpha_{11} \text{solv_buffer} * \text{Irisco}_{j,t-1} + \alpha_{12} \text{solv_buffer} * \text{CAP}_{j,t-1} + \beta_{13} \text{dy2008} + \beta_{14} \text{dy2009} + \beta_{15} \text{dy2010} + \varepsilon_{j,t} \quad (13)$$

$$\Delta \text{riscos}_{j,t} = \beta_0 + \beta_1 \text{solv_buffer}_{j,t} + \beta_2 \text{cvencido}_{j,t} + \beta_3 \text{Irisco}_{j,t-1} + \beta_4 \text{lactivo}_{j,t} + \beta_5 \text{liquidez}_{j,t} + \beta_6 \text{transformacao}_{j,t} + \beta_7 \text{com_pb}_{j,t} + \beta_8 \text{penhor}_{j,t} + \beta_9 \Delta \text{CAP}_{j,t} + \beta_{10} \text{Irisco}_{j,t-1} + \beta_{11} \text{solv_buffer} * \Delta \text{CAP}_{j,t} + \beta_{12} \text{solv_buffer} * \text{Irisco}_{j,t-1} + \beta_{13} \text{dy2008} + \beta_{14} \text{dy2009} + \beta_{15} \text{dy2010} + \varepsilon_{j,t} \quad (14)$$

Aplicando novamente o raciocínio simplificado, com base na equação 13, verifica-se que:

$$\Delta \text{CAP}_{j,t} = \alpha_9 \Delta \text{riscos}_{j,t} + \alpha_{11} (\Delta \text{riscos}_{j,t} * \text{solv_buffer}_{j,t}) \Leftrightarrow \Leftrightarrow \Delta \text{CAP}_{j,t} = \Delta \text{riscos}_{j,t} (\alpha_9 + \alpha_{11} * \text{solv_buffer}_{j,t}) \quad (15)$$

Com um exemplo para fins de interpretação:

Se $\Delta \text{CAP}_{j,t} = 0,5 - 10 * \text{solv_buffer}$, então se solv_buffer for igual a 0 resultaria numa variação do capital positiva, ou seja, um aumento dos riscos implicaria um aumento de capital.

Caso existisse um aumento do solv_buffer para 1, então a variação do capital seria de -9,5 indiciando que a variação do capital diminuiria por intermédio da variação dos riscos aumentar.

Teoricamente, espera-se que os bancos com maiores almofadas respondam menos à variação do risco (α_{11} deve ser negativo) .

No que concerne ao risco, e seguindo a equação 14:

$$\Delta \text{riscos}_{j,t} = \beta_9 \Delta \text{CAP}_{j,t} + \beta_{11} (\Delta \text{CAP}_{j,t} * \text{solv_buffer}_{j,t}) \Leftrightarrow$$

$$\Leftrightarrow \Delta \text{riscos}_{j,t} = \Delta \text{CAP}_{j,t} (\beta_9 + \beta_{11} * \text{solv_buffer}_{j,t}) \quad (16)$$

Se $\Delta \text{riscos}_{j,t} = 0,2 - 10 * \text{solv_buffer}_{j,t}$ e se solv_buffer for 0, a variação do risco será de 0,2 o que implica que um aumento do capital, leva a um aumento dos riscos.

Se solv_buffer aumentar para 1, a variação do capital será negativa assumindo -9,8, ou seja, com um aumento da variação do capital isso conduziria a uma diminuição do risco.

Teoricamente, espera-se que os bancos com maiores buffers ajustem mais o risco a um aumento de capital (β_{11} positivo).

4.2.1 - Questões econométricas

No desenvolvimento do modelo econométrico foi utilizado o programa Stata.

Para se obter melhores resultados foram utilizados logaritmos quando as variáveis eram medidas em euros, e ainda foram utilizados desfasamentos (lags) para compreender o comportamento das variáveis tendo em atenção o período anterior.

Inicialmente e para efeitos comparativos foi desenvolvido o método OLS (*Ordinary Least Square*), sendo que a aplicabilidade deste método exige uma série de hipóteses que têm que se verificar, nomeadamente a exogeneidade estrita, ou seja:

$$E(\varepsilon_i | X) = 0 = E(\varepsilon_i | x_1, \dots, x_n) = 0, i = 1, \dots, n \Leftrightarrow E(\varepsilon | X) = 0_{n \times 1} \quad (17)$$

Isto significa que o estimador OLS é consistente se os regressores forem exógenos. De acordo com a teoria, se uma das hipóteses não se verificar, o estimador OLS é enviesado e inconsistente.

No caso do modelo em estudo, o capital e o risco são determinados simultaneamente pelos bancos, fazendo com que sejam variáveis endógenas, o que significa que uma das

hipóteses não se verifica. Assim, existe um problema de endogeneidade já que existe correlação entre as variáveis e o erro.

Uma alternativa é aplicar o modelo 2SLS. Este modelo considera as equações individualmente, obtendo um estimador consistente. Mas é possível ganhar mais eficiência se estimarmos as equações como um sistema. Assim, e de forma a corrigir o problema da endogeneidade pode ser melhor utilizar o estimador 3SLS (*three stage least squares*). Este estimador é um estimador também consistente e que “*we could improve the efficiency of our estimator if we estimated them as a system, rather than estimating each equation separately*” (Griffiths, 1993: 623), assumindo que para a mesma caixa os erros estão correlacionados nas duas equações.

Através do estimador 3SLS serão introduzidas variáveis instrumentais e o estimador avalia equação a equação. Uma variável instrumental tem que satisfazer duas propriedades, isto é, um instrumento p não pode ser correlacionado com o erro (ε) mas esse instrumento tem que ser altamente correlacionado com a variável em estudo. Isto implica que terá que se definir variáveis instrumentais para o risco que não podem afectar o capital, e vice-versa, e que estejam fortemente correlacionadas.

Após a análise às correlações entre as variáveis e os resultados obtidos no estimador OLS, foram definidas as variáveis instrumentais do capital - produtividade e o ROE do período anterior -, e do risco - comissões e penhor. A produtividade e o ROE foram escolhidas como variáveis instrumentais do capital porque são variáveis que afectam o capital e não o risco. Teoricamente, o ROE e a produtividade do trabalho podem contribuir para constituir mais capital. Na regressão OLS eles afectam positivamente o capital, e não têm efeito no risco⁴.

No que diz respeito às variáveis instrumentais escolhidas para o risco, estas estão positivamente correlacionadas com o risco e não afectam o capital. À partida, seria de esperar que as CCAM que têm elevadas comissões não precisariam de conceder tanto crédito e daí poderiam correr menos riscos. Por outro lado, para as caixas com mais crédito com penhor também se espera que tenham menos risco ponderado. De facto

⁴ Na regressão OLS não se apresenta o efeito do ROE e da produtividade no risco por já se tratar da versão final comparável com a regressão 3SLS.

empiricamente na regressão OLS estas variáveis têm um efeito negativo no risco (e estatisticamente significativo), e não afectam o capital⁵.

4.3 - Principais resultados

Aquando da escolha das variáveis no ponto 4.2, foi calculada a correlação entre as várias variáveis, concluindo-se que há uma correlação positiva entre a variação do capital e a variação do risco, o que significa que quando o risco aumenta, o capital tende a aumentar (Vide Anexo C).

No que diz respeito à correlação existente entre a variação do capital e a variável regulatória (*solv_buffer*) é positiva e significativa (coef. 0.14), resultando num aumento do capital. No caso dos riscos a correlação com o *solv_buffer* é negativa, diminuindo o risco, não sendo, no entanto, muito significativo (coef. -0.09). Desta forma, a hipótese 1 não é confirmada.

Para a decisão das variáveis que estão associadas a cada uma das variáveis, capital e risco, foi tido em consideração a correlação entre elas. O crédito vencido é uma variável que afecta quer o capital quer o risco. No entanto, através da análise à correlação entre o crédito vencido e as variáveis dependentes constata-se que está mais correlacionada com o capital (coef. -0.24) do que com o risco (coef. -0.1). Este resultado significa que se as caixas agrícolas que tiverem muito crédito vencido, vão ter perdas significativas implicando uma diminuição do capital. Também a variável liquidez é variável que está negativamente correlacionada quer com o capital (coef. -0.13) quer com o risco (coef. -0.30). Contudo, essa correlação é maior com o risco do que com o capital o que implica que o risco tende a diminuir quando as CCAM aumentam a liquidez.

Uma variável que está positivamente correlacionada com o capital e o risco é o rácio de transformação, sendo que o risco é o mais afectado por esta variável (coef. 0.43). Tal resultado indicia que as CCAM que apresentem um rácio de transformação maior, terão um aumento do risco, resultado este expectável já que estão a aumentar o seu crédito e como consequência disso estão a aumentar a sua alavancagem. Como existe um aumento do crédito, a CCAM tenderá igualmente a aumentar o capital para incorporar reservas de forma a cobrir o crédito concedido. A hipótese H2 testava se as CCAM com

⁵ Na regressão OLS não se apresenta o efeito das comissões e do penhor no capital por já se tratar da versão final comparável com a regressão 3SLS.

um rácio de transformação maior, aumentavam o seu capital. Verificando a correlação entre estas duas variáveis (coef. 0,26), constata-se que sim, ou seja, quando o rácio de transformação das caixas aumenta, estas aumentam também o seu capital possivelmente para cobrir o aumento do crédito⁶.

O primeiro resultado a analisar é o efeito da almofada de capital no capital e risco (Vide Anexo E). Conclui-se que o *buffer* não afecta o risco (coeficiente 0.11, mas não sig) e tem um efeito positivo no capital (coef. 2.33 e signif.).

Depois, conclui-se que um aumento do capital reduz o risco (efeito de *dcapital* em *d*risco é -0.2693), e que um aumento do risco reduz o capital (efeito de *drisco* em *dcapital* é -0.2622). Não parece existir articulação entre as duas decisões, como seria de esperar: um aumento do risco aumentaria (ou não afectava) o capital e um aumento do capital levaria a um aumento do risco (ou não afectava o risco). Os resultados parecem apontar para uma estratégia de reforço dos rácios de solvabilidade: mais capital e menos risco.

Com base nos resultados obtidos na interacção entre o lag do capital e o *solv_buffer*, e na equação 5, considera-se que:

$$\Delta\text{capital}_{j,t} = -0,29 + (-0,29) * \text{solv_buffer}_{j,t} \Leftrightarrow \Delta\text{capital}_{j,t} = -0,29 - 0,29 * \text{solv_buffer}_{j,t}$$

Se for assumido que *solv_buffer* = 0, então:

$$\Delta\text{capital}_{j,t} = -0,29 - 0,29 * 0 \Leftrightarrow \Delta\text{capital}_{j,t} = -0,29$$

Se sofrer um aumento grande (mais do que 2 desvios-padrão do *buffer* – 0.068) e *solv_buffer* = 0,15, então:

$$\Delta\text{capital}_{j,t} = -0,29 - 0,29 * 0,15 \Leftrightarrow \Delta\text{capital}_{j,t} = -0,33$$

Deste resultado, conclui-se que quando o *solv_buffer* aumenta, a velocidade de ajustamento do capital no período anterior também aumenta. Isto significa que as CCAM que apresentam um rácio de solvabilidade maior, ajustam de forma mais rápida o capital que detinham no ano anterior, do que as CCAM que têm um rácio de solvabilidade perto do limite mínimo exigido. Este resultado pode parecer estranho mas pode ser explicado pelo perfil conservador de algumas caixas, ou da dificuldade que têm

⁶ Esta relação não é de causalidade mas apenas de associação.

em ajustar o seu capital, por exemplo por terem menores oportunidades de negócios lucrativos.

No que diz respeito ao risco, após interacção entre o lag do risco e com base na equação 6, foi seguido um raciocínio mais simplificado:

$$\Delta \text{risco}_{j,t} = \beta_1 \text{Irisco}_{j,t-1} + \beta_2 (\text{Irisco}_{j,t-1} * \text{solv_buffer}_{j,t}) \Leftrightarrow$$

$$\Leftrightarrow \Delta \text{risco}_{j,t} = \text{Irisco}_{j,t-1} \underbrace{(\beta_1 + \beta_2 * \text{solv_buffer}_{j,t})}_{\text{velocidade de ajustamento}} \Leftrightarrow$$

$$\Leftrightarrow \Delta \text{risco}_{j,t} = -0,33 + (-0,18) * \text{solv_buffer}_{j,t} \Leftrightarrow \Delta \text{risco}_{j,t} = -0,33 - 0,18 * \text{solv_buffer}_{j,t}$$

Se se admitir que $\text{solv_buffer} = 0$, então:

$$\Delta \text{risco}_{j,t} = -0,33 - 0,18 * 0 \Leftrightarrow \Delta \text{risco}_{j,t} = -0,33$$

Se houve um aumento do solv_buffer e for $\text{solv_buffer} = 0,15$, então:

$$\Delta \text{risco}_{j,t} = -0,33 - 0,18 * 0,15 \Leftrightarrow \Delta \text{risco}_{j,t} = -0,36$$

Quando o solv_buffer aumenta, verifica-se um aumento da velocidade de ajustamento do risco no período anterior, existindo evidência de que as CCAM que têm um rácio de solvabilidade maior, vão ajustar mais rapidamente o seu risco do que as CCAM que têm um rácio de solvabilidade menor. Ou seja, se uma caixa tem um risco acima do óptimo, irá convergir mais rapidamente para o óptimo se tiver um *buffer* de capital maior.

O objectivo da hipótese 4 era testar se as CCAM que têm um baixo nível de capital buffer ajustam de uma forma mais rápida o capital/risco do que as CCAM que têm elevados capital buffer. Com base nos resultados obtidos, constata-se que esta hipótese não se verifica dado que acontece precisamente o contrário. As CCAM que têm baixas almofadas de capital levam mais tempo a ajustar o seu capital e o risco do que as caixas que estão melhor capitalizadas.

Tal como referido anteriormente, para estarem em cumprimento com a regulação do capital, as CCAM têm que ajustar o seu capital e risco. Como tal, e de forma a verificar a hipótese 3, será realizada uma interacção entre a variação do capital com o solv_buffer e a variação do risco com o solv_buffer , com base nas equações 9 e 10. O objectivo da

hipótese será então perceber se quando o buffer de capital é baixo, as CCAM alteram a circulação entre os riscos ponderados e o capital (Vide Anexo E).

Na interação realizada entre a variação do capital com o solv_buffer e a equação 9, foi realizado o seguinte exemplo com os dados obtidos para fins de interpretação:

$$\Delta\text{CAP}_{j,t} = \Delta\text{riscos}_{j,t} (1,88 + (-14,0) * \text{solv_buffer}_{j,t}) \Leftrightarrow$$

$$\Leftrightarrow \Delta\text{CAP}_{j,t} = \Delta\text{riscos}_{j,t} (1,88 - 14,0 * \text{solv_buffer}_{j,t})$$

Se for assumido que $\text{solv_buffer} = 0$, então:

$$\Delta\text{CAP}_{j,t} = \Delta\text{riscos}_{j,t} (1,88 - 14,0 * 0) \Leftrightarrow \Delta\text{CAP}_{j,t} = 1,88 \Delta\text{riscos}_{j,t}$$

Isto implica que com o solv_buffer igual a zero, existe um aumento dos riscos que conduzirá a um aumento do capital por parte das CCAM.

No entanto, se $\text{solv_buffer} = 0,15$, então:

$$\Delta\text{CAP}_{j,t} = \Delta\text{riscos}_{j,t} (1,88 - 14,0 * 0,15) \Leftrightarrow \Delta\text{CAP}_{j,t} = -0,22 \Delta\text{riscos}_{j,t}$$

Com o último resultado obtido, verifica-se que com um aumento do solv_buffer , existe uma tendência para a variação do capital diminuir como consequência da variação do risco. Isto significa que as caixas que têm muito capital podem dar-se ao luxo de reduzir o capital quando aumentam o risco.

No que concerne ao risco com o solv_buffer , as estimações assumem os seguintes valores:

$$\Delta\text{riscos}_{j,t} = \Delta\text{CAP}_{j,t} (-0,19 + (-2,51) * \text{solv_buffer}_{j,t}) \Leftrightarrow$$

$$\Leftrightarrow \Delta\text{riscos}_{j,t} = \Delta\text{CAP}_{j,t} (-0,19 - 2,51 * \text{solv_buffer}_{j,t})$$

Se o $\text{solv_buffer} = 0$, então:

$$\Delta\text{riscos}_{j,t} = \Delta\text{CAP}_{j,t} (-0,19 - 2,51 * 0) \Leftrightarrow \Delta\text{riscos}_{j,t} = -0,19 \Delta\text{CAP}_{j,t}$$

Para os bancos com *buffer* de capital pequeno, um aumento do capital reduz o risco. Isto significa que estas caixas estão preocupadas em reconstruir os seus rácios de capital.

E, se $\text{solv_buffer} = 0,15$, então:

$$\Delta \text{riscos}_{j,t} = \Delta \text{CAP}_{j,t} (-0,19 - 2,51 * 0,15) \Leftrightarrow \Delta \text{riscos}_{j,t} = -0,57$$

Desta forma, os resultados alcançados significam que as caixas com elevadas almofadas de capital reduzem mais o risco quando o capital aumenta, comparativamente aos bancos com baixas almofadas.

De referir que, neste modelo a almofada de capital não afecta a velocidade de ajustamento do risco (coeficiente -0.029, mas não significativo).

Quanto à hipótese 3, verifica-se que os bancos com maiores almofadas de capital reduzem mais o risco em resposta a um aumento de capital, mas reduzem o capital quando o risco aumenta.

5 - Resumo da entrevista

O Sr. Eng. Licínio Pina é um dos membros do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central e demonstrou total disponibilidade para a realização desta entrevista.

Inicialmente, foi questionado sobre o que estaria na base da posição actual do Crédito Agrícola, nomeadamente da confortável solvabilidade apresentada pelo SICAM. Na opinião do Sr. Eng. o Crédito Agrícola apresenta uma menor alavancagem do balanço em termos de crédito, que pode ser explicado pelo facto de o banco apresentar uma posição credora no mercado e não ter tanta exposição ao risco. Outro factor que contribui para estes valores é a qualidade da carteira, já que o SICAM tem um significativo montante aplicado em dívida pública portuguesa, que corresponde a um menor consumo de capital por via dos riscos serem mais reduzidos.

Após esta ideia inicial, foram iniciadas uma série de perguntas relacionadas com os resultados obtidos quer na análise realizada da evolução dos principais indicadores, quer pelos resultados finais obtidos pelo modelo econométrico.

Existem diferenças significativas nas CCAM em termos do rácio de solvabilidade, já que umas apresentam rácios de cerca de 40% e outras abaixo do mínimo exigido. Segundo o Sr. Eng., as CCAM que apresentam rácios elevados deve-se ao facto de terem um elevado capital próprio e a carteira de crédito estar bem garantida. Por outro lado, as CCAM que têm um rácio abaixo do mínimo não têm capital próprio, sendo que algumas têm apoio do Fundo de Garantia através de empréstimos subordinados. Foi

dado o exemplo de uma CCAM que no ano de 2007 apresentou um rácio de solvabilidade negativo e que teve uma fusão com outra CCAM, e questionado o que acontece nesses casos. Nestes casos, as caixas nem sempre são alvo de fusão, apesar de apresentarem um desequilíbrio no rácio de solvabilidade, mas são apoiadas por esse Fundo. No entanto, nem sempre é fácil para as caixas agrícolas pagarem o empréstimo que pediram ao Fundo ao longo de vários anos, e pode ser proposto haver uma fusão entre caixas que estejam mais próximas geograficamente.

Em termos de rácio de transformação do SICAM, “o Crédito Agrícola têm que manter obrigatoriamente um rácio de transformação que não seja superior a 100%, por uma razão simples. O Crédito Agrícola não é um banco que possa ir ao mercado de capitais e financiar-se”. Face a esta razão, as caixas para se financiarem recorrem apenas aos depósitos que captam nas várias regiões onde estão.

O objectivo do Eng. Licínio é criar um fundo de liquidez num futuro próximo para que o banco tenha sempre excedentes de liquidez. Para tal, as caixas deverão ter que alavancar um pouco o balanço para garantir uma subida das margens. Em termos dos valores apresentados pelas CCAM, o Sr. Eng. concorda que não é saudável existirem caixas que apresentam um valor muito baixo no rácio de transformação. No entanto, isto acontece quando as caixas são pequenas e na maioria das vezes não apresentam uma dimensão suficiente para suportar determinados riscos, como por exemplo a elevada concentração de crédito. As regiões onde as caixas estão inseridas também influencia este rácio, quer seja devido há população mais idosa que ali reside. Em termos das caixas que apresentam valores mais elevados do rácio, está relacionado com o facto de créditos de campanha, como por exemplo as campanhas do arroz e do tomate. Como as caixas apresentam estes valores mais elevados, a Caixa Central concede-lhes um refinanciamento para puderem adequar o rácio.

Em termos dos indicadores de rendibilidade analisados, o Sr. Eng. afirma que “o Crédito Agrícola trabalhar com margens superiores, a margem financeira das caixas agrícolas é superior à margem financeira dos outros bancos”. Como da margem financeira resultam principalmente activos, origina a que o SICAM apresente melhores resultados no ROA. Por seu lado, os valores reduzidos do ROE devem-se essencialmente à não existência de pressão accionista dado o capital ser cooperativo, e como tal não remunerado.

Os resultados obtidos de acordo com o modelo econométrico, nomeadamente as hipóteses relacionadas com a teoria do capital buffer, foram explicados ao Sr. Eng., e solicitada a sua opinião relativamente a cada resultado em termos do capital e risco.

Para o Sr. Eng., as caixas que têm uma menor almofada de capital ajustarem de uma forma mais lenta o capital e o risco verifica-se porque “os activos que geram resultados são degradados. Portanto, a carteira de crédito dessas caixas exige mais provisões, o que vai consumindo resultados, de modo que elas não conseguem descolar tão rapidamente”. De uma maneira geral, esta velocidade de ajustamento é explicada pela qualidade da carteira de crédito.

Quanto à forma como as caixas adequam o seu capital e risco de acordo com a regulação do capital, foram apresentados os resultados da variação do capital e da variação do risco com a variável regulatória. Face aos resultados para o capital, o Sr. Eng. considera que as caixas que têm pouca almofada de capital, irão aumentar os riscos e por consequência o capital devido aos reforços de capital próprio para cobrir o crédito. No seu entender “o aumento das duas variáveis vão permitir a estagnação do buffer, porque ele vai sendo consumido”. O Eng. concorda com o resultado que surge com o aumento da variável regulatória, isto é, a variação do capital aumentar como consequência do risco diminuir.

No que concerne com os resultados do risco e da *solv_buffer*, o Sr. Eng considera que as caixas ao aumentar o capital e por consequência diminuir o risco, poderiam aumentar o risco dado que têm mais capital. No entanto, constata-se que isto não se verifica, o que poderá ser explicado pela redução da procura de crédito nestes últimos anos.

Foi questionado ainda ao Sr. Eng. se os bancos comerciais deveriam adoptar uma atitude mais cooperativista ou se deveriam existir mais bancos cooperativos em Portugal. Dada a dimensão de Portugal, o Sr. Eng. considera não ser possível existir mais bancos cooperativos. No que diz respeito aos bancos comerciais, no seu entender estes não devem ter uma atitude cooperativista, mas sim adoptar uma gestão mais prudente.

Por último, e como curiosidade, existem bancos cooperativos europeus que são avaliados por agências de rating. Como tal, foi questionado ao Sr. Eng. se considera que o Crédito Agrícola também deveria ser avaliado. No seu entender, o Crédito Agrícola

tem a perspectiva de entrar no mercado internacional. Desta forma, ter uma notação de rating por estas agências é um símbolo de credibilidade perante os mercados e investidores.

6 - Conclusão

Os bancos cooperativos demonstraram uma performance admirável no decorrer desta crise financeira, apresentando resultados positivos e contribuindo para suportar a economia real. Este suporte à economia deve-se principalmente ao facto de estes bancos terem mantido a concessão de crédito às empresas e particulares, nomeadamente com campanhas de apoio a financiamento às PME.

O Crédito Agrícola, como único banco cooperativo em Portugal, e à semelhança do que se passou na banca cooperativa europeia, também apresentou resultados positivos, registando até um aumento em 2011 de cerca de 17 milhões de euros. Em termos dos principais indicadores analisados, e no que diz respeito ao rácio de solvabilidade este apresenta valores acima dos 13% desde 2009, ou seja, uma situação muito confortável face à maioria dos sete maiores grupos bancários portugueses. Apenas a Caixa Económica Montepio Geral apresenta valores neste rácio próximos do SICAM, possivelmente por ser um banco com características mais parecidas com as do CA. Uma das características do Montepio mais semelhante ao CA é a do seu objectivo principal não ser a maximização do lucro para distribuir pelos seus accionistas, mas sim apostar também no aumento do capital do banco.

No que respeita ao rácio de transformação, conclui-se que o CA apresenta um desempenho bastante adequado face ao exigido pelo Programa de Assistência Económica e Financeira para 2014 (máximo de 120%), registando em 2011 um rácio de cerca de 87%. Este valor deve-se ao facto dos depósitos continuarem a ser mais elevados do que o valor em crédito concedido, assim como a aposta numa carteira diversificada e bem garantida. Já no que diz respeito aos bancos comerciais, estes tiveram que iniciar um processo de desalavancagem significativo para conseguirem atingir os objectivos definidos pela Troika, já que apresentavam rácios de transformação superiores a 120% no período analisado. O banco português que teve uma redução mais drástica deste rácio foi o Banco Santander Totta já que em 2009 apresentava um valor de 200% neste rácio, conseguindo reduzir até aos 149% em 2011.

Em termos dos indicadores de rentabilidade dos activos (ROA) e dos capitais próprios (ROE), o CA conseguiu apresentar resultados positivos desde o 2007, registando contudo, valores mais reduzidos nos últimos anos. Desta forma, tem-se mostrado um banco eficiente em gerar lucros a partir da sua situação líquida e dos activos, ao contrário da maioria do restante sistema bancário. É de salientar que o objectivo dos bancos cooperativos não é a maximização do lucro, ao contrário do que se passa com os bancos comerciais.

No que concerne às hipóteses empíricas assumidas no ponto 4.1, concluiu-se que a primeira hipótese não se confirma, existindo assim uma relação negativa entre solvabilidade e risco, apesar de pouco significativa. Por seu turno, a hipótese 2 foi confirmada, isto é, as caixas com maior rácio de transformação, também aumentam o seu capital.

Quanto às hipóteses 3 e 4 a serem testadas no caso do Crédito Agrícola, verifica-se um resultado um pouco distinto do que seria de esperar.

Primeiro, o buffer não afecta a variação do risco mas tem um efeito positivo na variação do capital.

Segundo, em termos de articulação entre risco e capital temos duas causalidades. Por um lado, caixas que têm muito capital podem dar-se ao luxo de reduzir o capital quando aumentam o risco. Mas as caixas com pouco capital aumentam o capital quando o risco aumenta. Por outro lado, o aumento do capital reduz o risco quer a caixa tenha pouco ou muito capital. Aqui parece indicar que o aumento do capital é utilizado para reforçar os rácios de capital. Mas os bancos com maiores almofadas de capital reduzem mais o risco em resposta a um aumento de capital.

Terceiro, as CCAM que têm baixas almofadas de capital levam mais tempo a ajustar o seu capital do que as caixas que estão melhor capitalizadas. Isto significa que a hipótese 4 não se verifica. Como tal, as CCAM que têm um nível de capital buffer mais elevado é que ajustam de uma forma mais rápida quer seja o seu capital, como também o risco. No entanto, seria de esperar que as caixas que estão no limite do mínimo exigido pelo Banco de Portugal, fossem ajustar mais rapidamente para estarem prevenidas caso houvesse uma perda significativa. Isto poderá ser explicado pelo facto de que se as

CCAM apresentarem rácios de solvabilidade abaixo do mínimo exigido, recorrem ao apoio do Fundo de Garantia que lhes permite colmatar a diferença.

Em termos da teoria do *buffer* vemos a evidência a favor e contra. A favor temos que o ajustamento do capital em resposta a um aumento do risco leva as caixas com menos almofada a aumentarem o capital enquanto as que têm almofadas maiores reduzem o capital. Contra a teoria do *buffer* temos:

- 1) o aumento do capital reduz o risco quer a caixa tenha pouco ou muito capital.
- 2) o *buffer* não afecta a variação do risco mas tem um efeito positivo na variação do capital. Este último resultado é contrário à teoria do *buffer*.
- 3) as CCAM que têm baixas almofadas de capital levam mais tempo a ajustar o seu capital do que as caixas que estão melhor capitalizadas.

Em suma, concluímos que a teoria da almofada de capital tem pouca aderência ao caso Crédito Agrícola.

Inicialmente seria de esperar que as hipóteses da “*capital buffer theory*” se verificassem também com os dados do Crédito Agrícola. Contudo, há que ter em consideração que os bancos estudados em ambos os artigos da literatura são diferentes, e apresentam especificidades muito próprias que poderão ser o suficiente para alterar os resultados obtidos. Como sugestão indicamos que os factores que levam ao ajustamento do capital e risco nas caixas parece ser o perfil conservador ou não da gestão da caixa e/ou as oportunidades de lucro que a zona de implantação oferece (qualidade da carteira de crédito em termos de risco e margens financeiras).

De acordo com a perspectiva do Sr. Eng. Licínio na entrevista realizada, o Crédito Agrícola manterá os indicadores confortáveis que tem tido até agora, assumindo uma posição credora no mercado. Um negócio não baseado na maximização dos lucros para distribuição pelos accionistas, é um factor que influencia os resultados das caixas, já que permite que não haja uma pressão em ter resultados elevados. Este factor tem sido de certa forma prejudicial para os bancos comerciais, já que têm isso como objectivo primordial e têm assumido uma gestão por objectivos (Sr. Eng. Licínio). A possibilidade de expansão internacional do Crédito Agrícola abre portas a este poder vir a ser avaliado por agências de rating, como forma de credibilidade perante os mercados.

Tendo em consideração que um dos melhores bancos cooperativos europeus, o Rabobank Group, tem actualmente e num contexto de crise, uma notação de AAA, é um bom incentivo para o banco cooperativo português pensar em apostar nas agências de rating, dado os resultados que tem vindo a apresentar.

O resultado desta dissertação vem assim comprovar, que existe efectivamente uma relação entre solvabilidade e o crédito bancário no Crédito Agrícola. Isto pode ser explicado pela atitude prudente que as CCAM têm vindo a demonstrar ao longo destes anos, adequando o seu capital, consoante o risco que assumem, tendo por base quer as regras instituídas dentro do Grupo CA, quer as que são exigidas pelo Banco de Portugal. É importante realçar que a qualidade da carteira de crédito que cada CCAM possui é um factor crucial para a apresentação de bons indicadores de solvabilidade e transformação.

O Crédito Agrícola, em conjunto com a restante banca cooperativa europeia, vêm provar que uma solidez financeira, orientação de longo prazo e o modelo consistente de negócio são essenciais para a estabilidade do sistema financeiro de cada país. Assim, a atitude dos bancos cooperativos no contexto actual, pode ser descrita como de responsabilidade e compromisso.

Existem linhas de investigação que podem ainda ser estudadas face aos temas de solvabilidade, capital, risco e crédito. No que concerne à solvabilidade seria interessante avaliar de que forma as novas alterações exigidas pelo BdP em termos de fundos próprios, irão afectar a solidez das CCAM, que terão que recorrer cada vez mais ao Fundo de Garantia, o que num longo prazo poderá conduzir a fusões de caixas. Na parte do crédito, poderiam serem avaliados dois aspectos: de que forma a redução da procura de crédito, nos últimos anos, por parte dos particulares afectou o CA; e por outro, a evolução do crédito concedido às empresas por parte do CA. Na área do crédito, existem várias áreas que têm interesse em serem estudadas e que são temas bastante actuais, tais como as provisões e crédito vencido. Sendo estes dois últimos possíveis de comparar com o capital das CCAM, como por exemplo de que forma afectaram o capital das mesmas. Relativamente à possibilidade de o Crédito Agrícola puder vir a ser avaliado por agências de rating, seria muito interessante perceber que implicações isso teria no CA em termos de resultados, credibilidade no mercado, aspectos institucionais (atitude conservadora).

7 - Referências bibliográficas

Banco de Portugal (2011), Relatório de Estabilidade Financeira

Barradas et al (2011), “The non-for-profit banks in Portugal: specificities, social role and evolution”, *Dinamia Cet*, WP nº 2011/6, pp 1-3

Baum, Christopher (2006), *An Introduction to Modern Econometrics Using Stata*, Stata Press, Texas, pp. 185-194

Custódio, Cláudia e António Mota (2007), *Finanças da Empresa*, Lisboa, Booknomics, pp.72

EACB (2004), “Co-operative Banks in Europe: values and practices to promote development”, pp.2-7

EACB (2006), “Corporate Governance Principles in Co-operative Banks”

EACB (2010), “European Co-operative Banks in the Financial and Economic Turmoil: First Assessments”, *Research Paper*

Fonteyne, Wim (2007), “Cooperative Banks in Europe - Policy Issues”, *IMF Working Paper*, No 07/159, pp.4-9

Griffiths, William E. (1993), “Learning and practicing econometrics”, Estados Unidos da América, John Wiley & Sons, Inc, pp. 623

Groeneveld J.M. e A. Sjauw-Koen-Fa (2009), “Co-operative banks in the new financial system”, Rabobank Group

Groenveld, H. e Bouke de Vries (2009), “European co-operative banks: First lessons of the subprime crisis”

Instrução nº 23/2011 do Banco de Portugal

Heid et al (2003), “Does Capital Regulation Matter for Bank Behavior? Evidence for German Savings Banks”, Kiel Institute for World Economics

Hesse H. e M. Cihak, (2007) “Co-operative Banks and Financial Stability”, *IMF Working Paper*, No. 07/02, January

Jokippi, T. e Alistair Milne (2009), “Bank Capital Buffer and Risk Adjustment Decisions”, Swiss National Bank

Jornal de Notícias (2009), “Banca: Presidente do Crédito Agrícola defende que bancos cooperativos resistem melhor à crise”, 9 de Outubro. Disponível em:

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1385927

Relatório e contas do Crédito Agrícola de 2011

Relatório e contas do BCP, BPI, CGD, ESFG, CEMG, BST e BANIF

<http://www.eacb.eu/en/home.html>

8 - Anexos

Anexo A - Características do novo sistema financeiro

Características do novo sistema financeiro	
Supervisão e regulação mais apertada para os bancos e para outras instituições financeiras internacionais	Medidas políticas tais como intervenção do governo, acções monetárias extraordinárias
Elevados níveis de capital e solvabilidade para os bancos	Transparência nos produtos e na própria organização
Atitude de risco adequada	Perspectiva de longo prazo
Princípios de moralidade e integridade	Foco no cliente e na banca de retalho

Fonte: Rabobank Group

Anexo B - Valores do Crédito Agrícola



Fonte: *site* oficial do Crédito Agrícola

Anexo C - Correlações entre as variáveis

	dcapital	driscos	lcapital _{t,t-1}	lriscos _{t,t-1}	solv_buffer	lactivo	d_2008	d_2009	d_2010	liquidez	lprod	lroe	evencido	com_pb	penhor
dcapital	1.0000														
driscos	0.6772	1.0000													
lcapital _{t,t-1}	-0.1080	0.0237	1.0000												
lriscos _{t,t-1}	-0.1246	-0.0129	0.8960	1.0000											
solv_buffer	0.1390	-0.0852	-0.0872	-0.4884	1.0000										
lactivo	-0.0124	0.1270	0.9092	0.9693	-0.4135	1.0000									
d_2008	-0.6118	-0.8400	0.0530	0.1178	-0.0411	-0.0315	1.0000								
d_2009	0.3186	0.4034	-0.0721	-0.0682	-0.0102	0.0096	-0.3320	1.0000							
d_2010	0.2084	0.2585	-0.0101	-0.0302	0.0426	0.0137	-0.3320	-0.3347	1.0000						
liquidez	-0.1270	-0.3045	-0.3067	-0.5192	0.6221	-0.4187	0.1039	0.0112	-0.0389	1.0000					
lprod	-0.1587	-0.2778	0.0839	-0.0175	0.2402	-0.0703	0.2996	-0.2311	-0.2069	0.0850	1.0000				
lroe	0.1055	-0.0520	-0.0774	-0.0250	-0.0467	-0.0260	0.2492	0.3013	-0.2336	0.0290	0.0110	1.0000			
evencido	-0.2393	-0.0984	-0.0349	-0.0403	-0.0053	-0.0647	-0.0310	-0.0419	-0.0364	0.0391	-0.0412	-0.3217	1.0000		
com_pb	0.2874	0.4217	-0.0353	0.0466	-0.2412	0.0863	-0.4709	-0.0162	0.3057	-0.3420	-0.5005	-0.1497	-0.0332	1.0000	
penhor	0.0311	0.1107	0.1041	0.1784	-0.2413	0.1894	-0.1591	-0.0255	0.0583	-0.1932	-0.2307	-0.0136	-0.1186	0.2560	1.0000
transformacao	0.2678	0.4261	0.2617	0.3092	-0.2444	0.2903	-0.3706	0.3097	0.4103	-0.7028	-0.0332	-0.2368	-0.0291	0.4412	0.1994

Anexo D - Estatísticas descritivas

variável	obs	média	std. dev.	min	max
driscos	336	-.0475962	.1387611	-.5425978	.2375908
lriscos _{j,t-1}	336	17.69585	.7611882	15.54484	19.4613
cvencido	420	.0219524	.0191472	-.0072	.1658
solv_buffer	420	.0991186	.0687507	-.0902	.3844
lactivo	420	18.44255	.6914357	16.83935	20.05214
d_2008	420	.2	.400477	0	1
d_2009	420	.2	.400477	0	1
d_2010	420	.2	.400477	0	1
liquidez	420	.3222465	.0882466	.0640952	.5451556
transformacao	420	.7280881	.1002881	.4784	1.0204
com_pb	420	.2001102	.064068	.0644	.3963
penhor	415	.7155566	.0911225	.4393	.9357
lcapital _{j,t-1}	335	-.0037969	.1342972	-.4482946	.37148
dcapital	335	15.91053	.6688187	14.38201	17.68023
lprod	420	11.74358	.2761471	9.349769	12.67243
lroe	336	.0789858	.0975336	-.802	.447829

Anexo E - Cenários com o estimador OLS e 3SLS

	I			II			III			IV		
	Coef.	P> t	z- Value	Coef.	P> t	z- Value	Coef.	P> t	z- Value	Coef.	P> t	z- Value
	dcapital			dcapital			dcapital			dcapital		
solv_buffer	2.1239	0.000	14.29	2.3302	0.000	14.29	6.3476	0.000	4.65	6.9676	0.022	2.28
lcapital _{t-1}	-0.4043	0.000	-13.51	-0.4446	0.000	-13.88	-0.286	0.000	-9.42	-0.1558	0.016	-2.40
cvencido	-0.6437	0.004	-2.87	-1.1331	0.000	-4.51	-1.7356	0.000	-6.06	-0.9063	0.182	-1.33
lactivo	0.3937	0.000	12.93	0.4341	0.000	13.25	0.308	0.000	9.21	0.1858	0.011	2.56
liquidez	-0.8651	0.000	-7.73	-1.1292	0.000	-8.56	-1.0445	0.000	-6.95	-0.1293	0.738	-0.33
transformacao	-0.1875	0.054	-1.94	-0.1335	0.222	-1.22	-0.0633	0.62	-0.50	0.3702	0.225	1.21
lprod	0.0236	0.187	1.32	0.0166	0.237	1.18	0.0135	0.36	0.92	0.0096	0.506	0.66
roe _{t-1}	0.1275	0.012	2.51	0.0769	0.057	1.90	0.0138	0.73	0.34	0.0114	0.836	0.21
driscos	0.3745	0.000	5.94	-0.2627	0.025	-2.24	-0.6319	0.000	-4.99	1.8824	0.009	2.61
buf*cap							-0.2856	0.001	-3.47	-0.4245	0.017	-2.39
buf*driscos										-14.048	0.000	-3.78
dy_2008	-0.0412	0.055	-1.92	-0.1778	0.000	-5.45	-0.2716	0.000	-7.62	-0.0295	0.779	-0.28
dy_2009	-0.0292	0.062	-1.87	0.0137	0.438	0.78	0.057	0.004	2.85	0.0464	0.291	1.06
dy_2010	-0.0009	0.943	-0.07	0.0071	0.59	0.54	0.0192	0.213	1.25	0.0072	0.834	0.21
chi-squared					651.12				460.10			108.73
Obs.		331			331				331			331
	driscos			driscos			driscos			driscos		
solv_buffer	-0.0708	0.249	-1.15	0.1108	0.132	1.51	3.4398	0.000	3.76	0.6574	0.535	0.62
lriscos _{t-1}	-0.3283	0.000	-10.59	-0.4257	0.000	-11.40	-0.3349	0.000	-9.20	-0.4242	0.000	-10.80
cvencido	-0.2492	0.13	-1.52	-0.7709	0.000	-3.76	-1.3524	0.000	-7.04	-0.9455	0.000	-4.98
lactivo	0.3301	0.000	10.56	0.4243	0.000	11.28	0.351	0.000	9.63	0.4245	0.000	10.61
liquidez	-0.7861	0.000	-8.44	-1.0691	0.000	-9.44	-1.0549	0.000	-9.47	-1.0781	0.000	-9.90
transformacao	-0.0032	0.964	-0.05	-0.3309	0.693	-0.39	-0.0285	0.739	-0.33	0.0287	0.742	0.33
com_pb	-0.1292	0.035	-2.11	-0.0872	0.076	-1.78	-0.0705	0.107	-1.61	-0.1414	0.014	-2.45
penhor	-0.0761	0.033	-2.14	-0.0571	0.043	-2.03	-0.0592	0.016	-2.40	-0.0906	0.006	-2.73
dcapital	0.1176	0.000	3.73	-0.2693	0.000	-4.43	-0.5259	0.000	-12.62	-0.1868	0.1	-1.64
buf*riscos							-0.1849	0.000	-3.50	-0.0299	0.622	-0.49
buf*dcapital										-2.5118	0.134	-1.50
dy_2008	-0.1453	0.000	-11.03	-0.1796	0.000	-11.19	-0.2362	0.000	-16.08	-0.2097	0.000	-13.40
dy_2009	0.0309	0.004	2.93	0.0458	0.000	3.65	0.0639	0.000	5.09	0.0574	0.000	4.41
dy_2010	0.0141	0.1	1.65	0.022	0.029	2.18	0.0274	0.005	2.79	0.0255	0.01	2.58
chi-squared					1432.31				1520.78			1517.42
Obs.		331			331				331			331

Cenários:

I - OLS

II - 3SLS base

III - Interação entre cap_{t-1} e $risco_{t-1}$ com $solv_buffer$

IV - Interação entre $dcap_{j,t}$ e $driscos_{j,t}$

Anexo F - Entrevista ao Sr. Eng. Licínio Pina (Membro do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central)

Pergunta 1 - Em termos do rácio de solvabilidade, o SICAM tem apresentado um rácio desde 2009 acima dos 13%, muito acima do mínimo exigido pelo Banco de Portugal. O que acha que está na base desta solidez?

Na minha opinião o Crédito Agrícola tem esse rácio devido à menor alavancagem do balanço em termos de crédito. Nós somos um banco credor, temos uma posição credora perante o mercado e assim não temos tanta exposição ao risco. Como não temos tanta exposição ao risco, portanto o rácio de solvabilidade melhora porque há menos consumo de capital. Por outro lado, a qualidade da carteira também é importante. Na nossa carteira, nós temos, falando em SICAM, cerca de 3 mil milhões de euros aplicados em dívida pública que consome menos capital. A dívida pública é portuguesa. Quanto mais reduzido é o risco, menos consumo de capital é exigido. O rácio de solvabilidade resulta de uma equação, de quanto necessário é de capital do banco para cobrir os riscos implícitos que tem. Portanto, se o risco é mais reduzido, porque se a garantia dada a um crédito é hipotecária, o consumo de capital é inferior do que se não tiver garantia ou tiver garantia pessoal.

Pergunta 2 – Considera que os bancos comerciais foram fortemente afectados por terem investido em dívida pública de outros países como a Grécia?

Sim. À medida que as agências de rating vão diminuindo as notações de *rating* de alguns países, a dívida começa a ser para consumo de capital e há dívida que é considerada na totalidade como é o caso da grega, no caso da portuguesa ainda não. Nós temos um rácio de transformação global do SICAM na ordem dos 80 e poucos por cento, o que quer dizer que temos aqui uma posição credora de 15 % em relação a depósitos que não está afectada a crédito, e portanto está em produtos sem risco, e portanto não consome capital.

Pergunta 3 - No que respeita às CCAM, existe uma grande disparidade entre o valor médio mais reduzido e o mais elevado. Quais os motivos que levam as CCAM

a ter rácios tão elevados e outras com rácios tão reduzidos (apesar de estarem acima do mínimo exigido)?

Há uma grande dispersão do rácio de solvabilidade nas Caixas Agrícolas e de facto há caixas com mais de 40% e há caixas actualmente com menos de 8%. Embora o rácio que seja considerado para efeitos prudenciais é o do Grupo, o individual de cada caixa não é considerado para termos prudenciais. As caixas têm um maior rácio de solvabilidade é devido ao elevado capital próprio que têm, com uma carteira de crédito relativamente reduzida e muito bem garantida. As caixas que têm menor rácio são caixas que não têm capital próprio, algumas delas têm apoio do Fundo de Garantia. Os apoios do Fundo de Garantia são empréstimos subordinados que têm contado até agora para efeitos de rácio de solvabilidade mas que vão contar apenas a 50% com a nova Instrução do Banco de Portugal que saiu à dias. E portanto, para efeitos do rácio core tier 1, essas caixas que tinham agora 9, vão ficar para aí com 6.

Pergunta 3.1 - Em 2007, o valor médio mais reduzido foi de 6,74%, abaixo dos 8%. Uma CCAM nesse ano teve um rácio negativo e no ano seguinte houve uma fusão entre essa caixa com outra. De acordo com o Regime Jurídico do Crédito Agrícola, artigo 77 e 77- A, uma CCAM pode ser intervencionada “quando se verifique uma situação de desequilíbrio que, pela sua extensão ou continuidade, possa afectar o regular funcionamento da mesma caixa, quando a solvabilidade se mostre ameaçada ou quando se verifiquem irregularidades graves”. Este tipo de intervenção acontece sempre quando as CCAM apresentam rácios inferiores ao mínimo exigido?

O que aconteceu nesse ano foi devido aos resultados maus de uma Caixa, que levaram à fusão com outra CCAM. As caixas que foram intervencionadas por nós, foram sempre por graves desequilíbrios económico-financeiros. Portanto, a caixa pode ficar sem capital e a Caixa Central têm que afastar a gestão da caixa e enviar gestores profissionais que consigam equilibrar a caixa sempre com vista para uma fusão com uma caixa próxima.

Pergunta 3.2 - Mas por exemplo, quando uma caixa é intervencionada pensa-se logo na fusão? Não há um período de adaptação?

Não se pensa logo em fusão, mas a história tem-nos dito que não tem sido possível a recuperação de nenhuma caixa por si só. Por uma razão simples, que o capital mínimo exigido, que é superior a 5 milhões de euros, não conseguem recuperar em 2 ou 3 anos. Se uma caixa dilapida o seu património em pouco tempo, muito difícil será em pouco tempo recuperar esse património. Mesmo as caixas grandes não têm rentabilidade suficiente que cubram esses desequilíbrios. Depois, o que acontece é que acaba sempre numa fusão, para o capital da outra caixa puder ser aportado à resolução dos problemas da fundida. Só se consegue fazer as fusões se as Assembleias Gerais de ambas as caixas aprovarem a fusão. Se alguma delas não aprovar, não é possível fazer a fusão. Aqui, a Caixa Central tem tido um papel muito activo. No caso de a Assembleia não querer a fusão, a Caixa Central pode vetar a decisão da Assembleia pois tem poder para isso.

Pergunta 4 - No que concerne ao rácio de transformação, desde 2007 que o banco apresenta um rácio abaixo dos 90%. Tendo em consideração o máximo exigido de 120% até 2014 pelo acordo efectuado com a “Troika”, o CA continua muito bem posicionado. Acha que o CA vai continuar a cumprir este rácio até essa data?

Eu acho que o Crédito Agrícola tem que manter obrigatoriamente um rácio de transformação que não seja superior a 100% por uma razão simples. Como sabe, o Crédito Agrícola não é um banco que possa ir ao mercado de capitais e financiar-se. Portanto, o financiamento da actividade creditícia desenvolvida pelas caixas agrícolas é feito exclusivamente com base nos depósitos que captam nas regiões onde estão inseridas. Eu tenho por objectivo, de criar um Fundo de Liquidez. Na situação actual da banca, nós estamos num mercado onde temos todos os outros concorrentes, e eles têm uma alavancagem até 120%. Nós não podemos ir além dos 100%, mas mesmo 100% nós não podemos atingi-lo. Acho que devemos ter em 95% no máximo. De qualquer forma, temos que alavancar um pouco mais o balanço das caixas. Nós precisamos de mais rentabilidade, na medida em que as margens estão a esmagar-se muito. As Euribor aterraram a valores muito baixos e portanto nós temos que alavancar um bocadinho o balanço. O Crédito Agrícola tem que arranjar uma almofada de liquidez que é o tal Fundo de Liquidez de modo a garantir que sempre temos excedentes de liquidez, porque se houver uma corrida a depósitos, se houver um problema qualquer, o sistema por si só consiga responder às necessidades de qualquer caixa.

Pergunta 4.1 – Considera que é uma medida difícil para os bancos comerciais procederem a uma desalavancagem tão drástica?

É muito difícil para alguns bancos, para aqueles que têm um rácio de transformação de quase 180% é muito difícil. Mas tornou-se especialmente difícil, não tanto para os bancos mas mais para os seus clientes, para a economia. Porque eles deixaram de poder financiar as empresas e a economia para desalavancarem. Então, houve dois processos, houve um processo de não concessão de crédito e outro processo de pagamento fora de linha de mercado dos depósitos para conseguirem captar mais depósitos.

Pergunta 5 - Em termos das CCAM, existem caixas com um rácio de transformação um pouco acima dos 60% no último ano. Considera que as CCAM que apresentam rácios tão reduzidos, é saudável para o bom funcionamento e para os resultados das CCAM?

Não, não é, é muito baixo. Aliás, as caixas que têm esses valores de rácio de transformação são caixas pequenas, com pouco dinamismo comercial, que têm algum receio de crescer e que não têm dimensão para suportar muitas vezes os riscos que já têm lá implícitos, há demasiada concentração de crédito e normalmente entram em dificuldades com relativa facilidade. Portanto, tudo tem que ter uma dimensão crítica e um rácio de transformação muito baixo é significado de falta de dinamismo comercial.

Pergunta 5.1 - A região onde se encontram, acha que é um dos motivos para terem estes valores?

Há caixas que são mais aforradoras do que outras. As caixas do Litoral são menos aforradoras do que as caixas do interior. No entanto, as caixas do interior terão também que ser parte activa do dinamismo das regiões. O que se passa é que nalgumas caixas a dimensão do activo é tão reduzida que elas não suportam qualquer actividade maior, não conseguem apoiar nenhuma empresa de alguma dimensão que tenham na sua região. A população idosa também influencia estes valores. Há um efeito muito perverso. A actividade bancária é uma actividade de gestão de riscos e o maior risco que existe é o chamado risco de concentração. E o que acontece nessas caixas pequenas é que elas são aforradores porque a população é idosa, a população é muito aforradora, e não tem hábitos de consumo. Mas existem meia dúzia de empresas que se necessitam de apoio e as caixas concentram aí o crédito. Ao concentrarem aí o crédito estão a correr um

grande risco de concentração de crédito. Quando uma dessas empresas entra em dificuldade, a caixa entra logo também em dificuldades.

Pergunta 5.2 - Em 2011, o valor médio mais elevado do rácio foi de 94,04%, sendo que para este facto contribuiu bastante o valor de uma CCAM que apresentou um rácio ligeiramente acima dos 100%. Nestas situações, é realizado algum procedimento para a CCAM diminuir o seu rácio?

Quando isto acontece é por uma questão de créditos de campanha. Uma delas é a campanha do arroz e a outra é a campanha do tomate. Nós já sabemos que essas caixas têm essa dificuldade e então existe na Caixa Central o chamado refinanciamento. Nós fazemos o refinanciamento à caixa para esta manter o rácio abaixo dos 100%. Estes efeitos resultam da ligação e relação que o negócio que as caixas têm com as localidades, com as zonas onde se inserem.

Pergunta 6 – No que diz respeito ao indicador ROA, o SICAM apresenta um valor positivo em 2011, sendo que o restante sistema bancário apresentou na maioria valores negativos. Isto significa que a maioria dos bancos não está a conseguir gerar resultados cm base nos seus activos, e o SICAM até agora tem conseguido. O que pensa estar por detrás destes valores?

O Crédito Agrícola trabalha com margens superiores. A margem financeira das caixas agrícolas é superior à margem financeira dos outros bancos. Aliás, a composição do nosso produto bancário depende ainda 70% da margem financeira. E logicamente, da margem financeira resulta essencialmente os activos.

Pergunta 7 – Em termos de ROE, o SICAM em 2007 e 2008 apresentou valores acima dos 10%, tendo sofrido uma queda abrupta em 2009 para 4%. O que terá motivado esta queda?

Eu atribuo o baixo nível de ROE essencialmente porque é capital cooperativo. O que isto quer dizer é que o capital das caixas não é remunerado, não existe pressão acionista e portanto as caixas não necessitam de apresentar rentabilidade dos seus capitais próprios. Houve uma redução abrupta dos resultados líquidos, devido à instalação da crise que se começou a notar em 2008.

Pergunta 7.1 – Em 2011, este indicador numa CCAM foi acima dos 100%, sendo que no ano anterior tinha sido 0%. O que levou esta CCAM a apresentar estes valores tão distintos?

Houve uma cisão numa caixa e foi a primeira que se fez no sistema. Essa caixa apresentava um valor muito elevado em dívida para com o Fundo de Garantia, e chegou-se à conclusão que não teria meios para pagar a dívida. O objectivo da cisão foi pegar em parte da área social (por exemplo, concelhos da zona), e venderam os estabelecimentos, os negócios, clientes, empregados, tudo, para outra caixa que compra por um valor mais reduzido do que a dívida e pagou ao Fundo de Garantia. Ao fazer a cisão entre as duas caixas, houve uma variação patrimonial negativa, eu atribuo que esse resultado negativo tenha sido por isso.

Pergunta 8 – No seguimento do modelo econométrico testado e adaptado ao CA, gostaria que comentasse os seguintes resultados obtidos:

- a) **Quando o solvabilidade buffer aumenta, a velocidade de ajustamento do capital também aumenta. Isto significa que as CCAM que apresentam um rácio de solvabilidade maior, ajustam de forma mais rápida o capital do que as CCAM que têm um rácio perto do mínimo exigido. Considera que não deveria ocorrer o contrário?**

Deveria ser mais rápido o ajustamento mas não o é porque os activos que geram resultados são degradados. Portanto, a carteira de crédito dessas caixas exige mais provisões, vai-lhe consumindo resultados de modo a que elas não conseguem descolar tão rapidamente como as outras. As outras descolam mais rapidamente porque têm uma melhor carteira de crédito. Isto tem a ver com a qualidade da carteira de crédito.

- b) **Em termos do risco, verifica-se que um aumento do solvabilidade buffer conduz a um aumento da velocidade de ajustamento, ou seja, as CCAM que têm um rácio de solvabilidade maior, vão ajustar mais rapidamente o seu risco do que as CCAM que têm um rácio de solvabilidade menor. Concorda?**

Sim, tem a ver com a qualidade da carteira na mesma. Na qualidade da carteira nós temos que incluir quer as garantias obtidas para os activos, quer a sua dispersão, que é

fundamental. Nós temos que ter uma dispersão muito grande. Eu costumo dizer sempre como conselho que devem dispersar sempre o máximo quer no crédito quer nas passivas. Portanto, não concentrar nem depósitos nem crédito.

- c) Quando realizada uma interacção entre a variação do capital e do risco com a variável regulatória, constata-se que quando a almofada de capital é zero, existe um aumento da variação dos riscos que conduzirá a um aumento da variação do capital por parte das CCAM. Considera este resultado correcto?**

Sim, tem que haver cobertura de capital para aumentar os riscos. Isso pode ter alguma explicação mas não encontro a 100%. Isso pode ter uma explicação na emissão de dívida subordinada. No reforço dos seus capitais próprios, as caixas podem estar a reforçar os seus capitais próprios com a emissão de dívida subordinada que muitas fazem. De facto, se aumentarem o risco, têm que ter mais capital. Mas devia aumentar também o *buffer*, mas não aumenta. Há uma correlação entre o aumento do risco de crédito, o aumento do capital e uma redução do *buffer*. Portanto, os aumentos das duas variáveis vão permitir a estagnação do *buffer* porque ele vai sendo consumido. Este movimento ascendente dos dois daria em princípio um aumento do *buffer*, mas se aumentasse só o capital e o crédito se mantivesse, aumentava o *buffer*. Mas como aumentou os dois, deixam-no a zero.

- d) Quando é aumentado o solvabilidade *buffer*, existe uma tendência para a variação do capital diminuir como consequência da variação do risco aumentar. Concorda?**

Sim, aumenta os riscos porque tem-se uma almofada de capital que permite diminuir o capital.

- e) Em termos do risco, verifica-se que quando a variável regulatória aumenta, irá provocar uma diminuição do risco como consequência da variação do capital ter aumentado. Considera este resultado o esperado?**

A relação que existe entre o capital e o rácio, portanto, quanto capital é que precisa para cobrir aquele risco, portanto o *buffer* aumenta. As caixas poderiam aumentar o risco, já

que aumentaram o capital, mas pelos vistos as caixas não o fizeram. Pode ter acontecido nestes anos devido à redução de procura de crédito.

Pergunta 9 – Dado que de uma forma geral, o SICAM como banco cooperativo apresenta uma situação confortável perante a crise, com bons indicadores, considera que os bancos comerciais deveriam assumir uma atitude mais cooperativista ou que deveriam existir mais bancos cooperativos?

Existir mais bancos cooperativos num país tão pequeno, tenho alguma dificuldade em aceitar que isso seja possível. Os bancos comerciais não devem não é adoptar a estratégia cooperativa, é fazerem uma gestão mais prudente. Isso devem fazer. Eles adoptaram uma estratégia muito expansionista e de lucro fácil e rápido. Isso tem que ver com os accionistas. Os accionistas querem resultados de retorno do seu capital o mais rápido possível e muito. No Crédito Agrícola não temos accionistas, aliás, há quem diga que isto é um banco sem dono. E não há uma política de distribuição de dividendos pelos cooperantes, embora se faça nalguns casos pontuais. Eu neste momento, tenho inclusivamente dúvidas se na banca devemos ter gestão por objectivos, porque o que aconteceu em grandes bancos da nossa praça foi um bocado provocado por gestão de objectivos. Porquê? Porque a Administração do banco era remunerada por uma parte fixa e uma parte variável, e a parte variável era em função dos resultados que eles dessem para os seus accionistas. E se os accionistas recebessem um resultado muito bom, davam uma remuneração variável aos gestores muito choruda. E portanto, neste momento, tenho alguma dificuldade em conceber gestão por objectivos na parte de resultados do banco para isso. Embora eu seja adepto da gestão por objectivos mas objectivos diferentes desta rentabilidade.

Pergunta 10 – Os bancos cooperativos na Europa têm uma boa quota de mercado e alguns são avaliados por agências de *rating*. O Crédito Agrícola não é avaliado por nenhuma agência de *rating*. Considera que devia ser?

Eu não digo que deveria ser, mas acho que esse é um objectivo que o Crédito Agrícola deve perseguir. Um objectivo no sentido de puder ser cotado por uma razão muito simples. O Crédito Agrícola vai ter que sair da concha, vai ter que ampliar negócio para o exterior e portanto, nós só conseguimos de facto ir para o exterior se pudermos aparecer com uma bandeira de notação pelo menos A. E portanto, nós se quisermos crescer como banco e alavancar o balanço temos que prosseguir o objectivo de *rating*.